

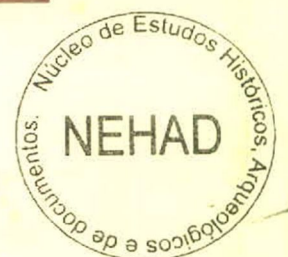
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**“Cotonicultura Nordestina: A Cooperativa Agro-Pecuária de
São Tomé / Rio Grande do Norte”**



Natal / RN
2003
2002.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**“Cotonicultura Nordestina: A Cooperativa Agro-Pecuária de São
Tomé / Rio Grande do Norte”**



Monografia apresentada à disciplina
na Pesquisa histórica II, ministrada
pela Professora Denise Mattos Mon-
teiro, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, sob a orientação da
professora Denise Mattos Monteiro.

↳ **Guacira Araújo do Nascimento.**

Natal/RN

2003

Agradecimentos

Agradeço à professora Denise Monteiro, pelo profissionalismo e sabedoria com que conduziu a orientação deste trabalho. À professora Aurinete, pela excelente orientação técnica. Aos meus pais pelo apoio e carinho. Ao meu esposo, Adriano, por sua dedicação e intensa compreensão. Ao amigo Antônio Carlos, pela força. Aos colegas da polícia militar pela compreensão. E em especial, a Deus pela oportunidade de ocupar um lugar na Universidade tendo a possibilidade de concretizar ao final deste curso de graduação o resgate histórico da **“Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé”**, reconstituindo desta forma uma parte bastante significativa da história da **“nossa região Agreste”**.

SUMÁRIO

Introdução	04
1 – Panorama Geral da industrialização brasileira (1930 -- 1980)	06
1.1 – A indústria e sua concentração regional	06
1.2 - Fase da industrialização restringida (1930-1955)	12
1.3 – Fase da industrialização pesada (1956-1970)	16
1.4 – O contexto das mudanças (1970-1980)	18
2 – A cotonicultura nordestina e a indústria têxtil no Brasil (1880-1930)	20
3 – A cotonicultura potiguar e o cooperativismo no Rio Grande do Norte pós-30	27
3.1- Evolução da atividade algodoeira no Rio Grande do Norte	27
3.2 – O cooperativismo no Rio Grande do Norte	35
3.3 – A Cooperativa de São Tomé	38
Considerações finais	46
Fontes e Bibliografia	48
Anexos	50

Introdução

Nosso trabalho tem por finalidade reconstituir o surgimento e a evolução da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé, tentando verificar sua atuação no beneficiamento e comercialização do algodão no estado do Rio Grande do Norte e avaliar sua importância no contexto da economia estadual.

Por se tratar de uma entidade de cunho cooperativista nos propomos ainda a procurar perceber nas suas atividades a ação do cooperativismo, segundo o estabelecido em seu estatuto.

O corte cronológico utilizado, no que se refere à cooperativa em questão, abrange o período que se estende dos anos de 1930, quando de sua fundação, a década de 1990, quando ela encerrou seu funcionamento.

Entretanto, tendo em vista a natureza e a atividades dessa cooperativa, foi necessário recuperar a evolução da cotonicultura e da indústria têxtil no Brasil, e especialmente no Nordeste, a partir do final do século XIX.

Analisando a historiografia referente à cotonicultura potiguar observamos que poucos trabalhos contém informações sobre a região Agreste. No geral, os estudos existentes se referem à região do Seridó norte-riograndense, como área algodoeira por excelência. No entanto, a região Agreste, além de ter desenvolvido a pecuária, atuou também nas atividades de produção, beneficiamento e comercialização do algodão. Essa atuação remonta a década de 1860.

Segundo Árbocz, durante o “2º ciclo do algodão” no Brasil ocorrido nessa década e ocasionado pela guerra de secessão nos Estados Unidos, “a exportação do Rio Grande do Norte [expandiu-se] muito rapidamente, tendo como principais regiões produtoras o Agreste e a Zona Serrana.”¹

Visando uma contextualização no longo período que se estendeu do final do século XIX a década de 1990, utilizamos os trabalhos de Wilson Cano – “Desequilíbrios Regio-

¹ ÁRBOCZ, Istvan Imre Laszlo. *Ensaio sobre a história econômica do RN*, p. 29.

nais e Concentração Industrial no Brasil (1930 – 1970)” – e de Leonardo Guimarães Neto – “Formação Econômica do Nordeste”.

Para uma compreensão da cotonicultura potiguar, os trabalhos de Denise Monteiro Takeya – “um outro Nordeste: O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 – 1915)” – e o “Maquinista de algodão e o Capital Comercial” de Maria do Livramento Miranda Clementino foram fundamentais. Esta última obra constitui, ainda, a única existente na qual há referência à Cooperativa de São Tomé.

A especificidade deste tema exigiu a consulta aos arquivos que estão sob a guarda desta Cooperativa. Na realização da pesquisa nos deparamos com muitas limitações, visto que a documentação referente à Cooperativa, do período que vai da sua criação aos anos 80, foi em sua maioria incinerada.

Em relação ao período analisado a documentação ainda existente se resume na ata de fundação da Cooperativa; Estatuto Social; Algumas atas de reuniões e no relatório de suas atividades referente ao exercício 79/80, documento este, tendo sido encontrado no “arquivo morto”.

Assim, a pesquisa feita na Biblioteca Zila Mamede a exemplares da Revista RN Econômico² e as entrevistas realizadas com ex-funcionários e um ex-associado daquela cooperativa³ foram vitais para a elaboração deste estudo, pois complementaram as poucas informações de que dispúnhamos a partir da documentação da própria cooperativa.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro traçamos um panorama geral da industrialização brasileira de 1930 a 1980. Com o intuito de perceber as mudanças ocorridas no setor têxtil-algodoeiro. O segundo capítulo aborda a cotonicultura nordestina e a indústria têxtil no Brasil no período de 1880 a 1930, período no qual a cotonicultura nordestina encontrou no Sudeste do país um mercado consumidor, favorável a sua expansão. E, por fim, o último capítulo enfoca a cotonicultura potiguar e o cooperativismo no Rio Grande do Norte no pós – 30, centrado no caso da cooperativa Agro-pecuária de São Tomé.

² Uma revista privada de cunho empresarial, fundada no Estado no final da década de 1960, que aborda temas de economia regional. A pesquisa nesta revista envolveu as décadas de 1970 e 1980.

³ Veja-se, em anexo, a cessão de direitos sobre as entrevista concedidas.

1 – Panorama geral da industrialização brasileira (1930 – 1980)

1.1 – A indústria e sua concentração regional.

Até o início da década de 1920 era pequena a integração do mercado nacional.

O fluxo do comércio inter-regional era bastante distinto em cada região. Algumas, devido as grandes distâncias, que oneravam os altos fretes de cabotagem, mantinham exíguo intercâmbio, como, por exemplo, a Amazônia com o Extremo Sul do Brasil. No entanto, outras, dada sua maior proximidade e maior diversificação econômica, mantinham intercâmbio mais significativo. Tal era o caso do comércio de alimentos produzidos no Extremo Sul ou em Minas e com mercados consumidores no Rio de Janeiro, (antigo Distrito Federal), São Paulo e Nordeste.

“... Certas mercadorias de produção mais tipicamente regionalizadas tinham peso expressivo na pauta do comércio inter-regional, como o açúcar e o algodão nordestinos, o charque e a banha sulinas, ou os tecidos de São Paulo, Rio de Janeiro, e do antigo Distrito Federal.”⁴

Vale a pena ressaltar que neste período (década de 1920) apenas a indústria paulista apresentava dinâmica de crescimento muito à frente das outras regiões. Devido ao ritmo de acumulação de capital, São Paulo necessitava procurar mercados exteriores.

A I Guerra Mundial, reduzindo a capacidade do Brasil para importar, criou condições favoráveis à substituição de importações. A indústria nacional, conquistou assim mercados antes dominados pelos fabricantes estrangeiros e foi a indústria paulista, principalmente, que passou a suprir as necessidades do mercado interno, exportando boa parte de sua produção para o resto do país.

⁴ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*, p. 157.

*"(...) Entretanto, a sobre inversão da década de 1920 não encontraria evento similar que pudesse evitar a crise. Ainda, a crise de estabilização cambial (1924-1926) repercutiram negativamente sobre o grau de proteção à indústria nacional, provocando pequeno aumento no volume das importações de bens similares até fins de 1929. Portanto, à crise gerada pela sobre-inversão adicionava-se a redução de seu mercado específico, por força do aumento das importações concorrentes com a produção nacional."*⁵

O quadro da crise de sobre-inversão industrial coexistiu com o quadro de sobre-inversão na economia cafeeira.⁶

A impossibilidade de obter recursos financeiros suficientes para sustentação dos enormes estoques invendáveis de café, a partir de 1929, faria ruir o velho esquema de valorização permanente do café, precipitando a enorme queda de seus preços.

Portanto, "... a década de 1920 constitui período de transição para o surgimento de uma formação industrial mais ampla, e que hoje é denominada industrialização 'restringida', que nasceria a partir da crise de 1929 e estender-se-ia até 1955."⁷

Neste período, alguns setores industriais passaram a ampliar sua capacidade produtiva visando o mercado interno, proporcionando uma diversificação nos ramos produtores de bens de consumo, como por exemplo, no setor têxtil.

Na década de 1920 a indústria paulista, especialmente a têxtil algodoeira encontrou solução parcial para seus problemas com a conquista de mercados no restante do país. Porém ao passo em que se ampliava o intercâmbio comercial inter-regional, notadamente, de produtos industriais, agravou-se a competição capitalista inter-regional.

⁵ *Ibid.*, p. 159.

⁶ *A crise de sobre-inversão da década de 1920 refere-se à etapa na qual o investimento industrial sobrepassou em muito a demanda da indústria nacional. Paralelamente, o setor cafeeiro superacumulou capacidade produtiva (principalmente na segunda metade da década de 20). Gerando, portanto, uma crise de superacumulação do café. Ver CANO, Wilson. Op. cit., p. 184-185.*

⁷ *CANO, Wilson. Op. cit., p. 159.*

Além de crises de exportação, este período trouxe mudanças socioeconômicas bastante significativas: os bancos de capital nacional se desenvolveram, sobrepondo-se aos bancos de capital estrangeiro instalados no país; o sistema ferroviário e de navegação foram ampliados, agilizando a integração do mercado nacional; O estado brasileiro também se reformulou para enfrentar as reivindicações da classe operária, surgindo regulamentações para o trabalho, o que significou uma ampliação do aparelho repressivo de Estado.

Na economia paulista, uma importante transformação estava se processando: o desenvolvimento da agricultura.

“Em 1920, São Paulo já era o primeiro produtor nacional de arroz, algodão, café e feijão, isto porque apresentava na época o maior nível tecnológico do país, o que lhe conferia excelentes pré-condições para futura expansão diversificada.

O governo do Estado de São Paulo empreendeu esforços para a realização de pesquisas que viessem desenvolver ainda mais as culturas do algodão e da cana-de-açúcar. Portanto, terras disponíveis, abundante força de trabalho e disponibilidade tecnológica eram os pré-requisitos que São Paulo dispunha para sua notável expansão.”⁸

Segundo CANO, no final da década de 1920, a economia brasileira já apresentava as condições necessárias para enfrentar as crises, tanto a cafeeira como a industrial, e fazer avançar o desenvolvimento industrial no país. Para o autor, as camadas dominantes (fazendeiros, comerciantes, industriais e banqueiros) tinham consciência da necessidade de enfrentar e superar a crise, mesmo antes de seu ápice em 1929.⁹

Assim, como afirma:

“... acredito que a crise internacional não constitui o elemento decisivo para por em andamento a ruptura e a transformação do padrão de acumulação, ela apenas reforçou - graças à eclosão e conseqüente agravamento da crise

⁸ *Ibid.*, p. 162.

⁹ *Sobre a crise brasileira dos anos 20, ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade. In: LINHARES, Maria Yedda. História geral do Brasil, p. 229 – 272.*

interna – o processo que já vinha em marcha (...). A crise do sistema cafeeiro fez com que parte dos capitais investidos nesta atividade fossem canalizados para outros setores mais rentáveis, como cotonicultura e indústria. Portanto, as linhas gerais que, descrevem o agravamento do processo de concentração industrial no Brasil, a nível regional partem da 'crise de 1929'. O processo iniciado na década de 1920, pelo qual a indústria de São Paulo dava seus primeiros passos – porém firmes – para conquista do mercado nacional, seria sumamente reforçado. A dinâmica desse processo (...) decorreu fundamentalmente de 'deslocamento do centro dinâmico' da economia nacional, quando o padrão de acumulação de capital se altera em favor da indústria (...)

Ao mesmo tempo, a fraca dinâmica da economia periférica nacional, imbrincada em menor desenvolvimento capitalista, impediu maior expansão de sua indústria."¹⁰

A partir de 1933, a economia brasileira já havia conseguido se recuperar dos efeitos da crise de 1929, expandindo consideravelmente sua produção industrial. Entre o período de 1933 a 1939, a indústria brasileira cresceu a uma taxa de 11,2% ao ano e, por sua vez, o crescimento da indústria paulista chegou a 14% ao ano.

GUIMARÃES, abordando o processo de concentração industrial em São Paulo, considera que:

"Partindo na frente das demais regiões na resolução de alguns problemas fundamentais, associados ao desenvolvimento de suas forças produtivas – infra-estrutura e o surgimento de economias externas que beneficiaram a formação industrial; a diversificação e o desenvolvimento de uma agricultura à base de relações capitalistas de produção capaz de responder ao abastecimento local de matérias-primas e ao suprimento de alimentos – São Paulo já no início do século revela sinais evidentes do processo de concentração na indústria nacional."¹¹

¹⁰ CANO, Wilson. *Op. cit.*, p. 173.

¹¹ GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*, p. 83.

A concentração da atividade industrial em São Paulo trouxe profundas consequências para as demais regiões do país. A partir de 1920, tem-se uma maior integração comercial baseada no sistema de trocas inter-regionais entre São Paulo e o resto do país.

Porém São Paulo continua progressivamente com a exportação de produtos industriais ao passo em que importa das outras regiões matérias-primas e gêneros alimentícios, constituindo assim um comércio típico de centro-periferia. A medida em que o mercado nacional crescia e se integrava, acirrava-se ainda mais a competição inter-regional. Com isto São Paulo deslocava antigos e tradicionais fornecedores dos mercados, tanto no que se refere a alimentos simples ou industrializados, como em relação a matérias-primas.

Neste processo o Nordeste foi altamente prejudicado, pois perdeu o espaço de principal fornecedor de matéria-prima para a indústria têxtil algodoeira nacional. O crescimento da cotonicultura paulista neste momento empurrava o Nordeste para uma situação marginal no mercado têxtil nacional, "... a esta competição inter-regional, agregue-se, à época, a existência de uma acirrada competição internacional ocorrida no setor produtor de bens de consumo ..." ¹²

Para esse autor,

"a política econômica do estado e o investimento público possibilitaram ao capital a remoção das principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional" (...) e essa integração favoreceu o comércio inter-regional aumentando o grau de complementaridade entre as regiões. "Contudo, ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não na de todos, participar do 'mercado nacional aberto', significa também 'abrir o mercado regional'. Dessa forma, a integração proporcionaria efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e até mesmo de destruição.

O capital industrial sediado basicamente em São Paulo, sendo o elemento dominante no novo padrão de acumulação, também seria dominante na propagação desses efeitos." ¹³

¹² *Ibid.*, p. 85 – 86.

¹³ CANO, Wilson. *Op. cit.*, p. 190.



Portanto, o desequilíbrio setorial, representado pela longa duração (cerca de um século) da preponderância do café, gerou as condições para a industrialização, para a concentração demográfica e para a urbanização do Sudeste, em particular em São Paulo.

“Desde então, entre o Sudeste e as demais regiões brasileiras vão-se aprofundando as disparidades, à medida que cresce o parque industrial. A tendência será a especialização regional reforçada, em função desse novo centro dinâmico da economia nacional, fornecendo matérias-primas ou alimentos, enfim, artigos primários em troca de manufaturados, reproduzindo internamente a relação que já conhecíamos em termos de cenário internacional.”¹⁴

O processo de concentração na indústria brasileira, gerado no início do Séc. XX, consolidou-se ao ponto de provocar um grande distanciamento entre as regiões brasileiras, principalmente entre o Nordeste e o Sudeste do país, originando profundas disparidades econômicas entre elas. Uma série de políticas públicas foram instituídas no Brasil visando minorar tal problema. O Nordeste, por exemplo recebeu, a partir de final da década de 1950, incentivos públicos através dos programas da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Conforme veremos mais adiante nesse trabalho.⁷

¹⁴ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Da República Velha a Estado Novo*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *história geral do Brasil*, p. 211 – 228.

1.2 – Fase da industrialização restringida (1930 – 1955)

Na evolução do processo industrial do Brasil o período que se estendeu de 1930 a 1955 é considerado como o período da “industrialização restringida”.

Para Wilson Cano:

“Restringida porque de um lado, da mesma forma que na conceituação de substituição de importações, a reprodução ampliada de seu capital produtivo depende ainda do setor exportador, que gera as divisas necessárias às importações dos bens de produção. Restringida também, porque, não possuindo expressivo compartimento de bens de produção, não marcha sobre seus próprios pés, isto é, não tem condições de autonomia para sua reprodução ...”¹⁵

As dificuldades durante a década de 1930 e as decorrentes da segunda guerra mundial restringiram o investimento industrial, por força principalmente, da restrição da capacidade para importar. Porém, o esforço interno de inversão foi positivo. São Paulo, por exemplo, conseguiu ampliar e diversificar sua base produtiva, na periferia nacional a indústria também cresceu, porém em ritmo menor que a de São Paulo.

Durante a Segunda Guerra Mundial a diminuição da capacidade de importação e a alta do preço dos produtos internacionais, haviam levado a indústria nacional a se voltar para o mercado interno.

Segundo CANO:

“Os compartimentos principais da indústria, nessa etapa, eram os produtores de bens de consumo não durável, seguidos em menor proporção pelo de bens intermediários e pelo de bens de consumo durável e de capital, de reduzida expressão”. Destaca-se ainda o setor têxtil que foi “beneficiado com os acordos da Segunda Guerra firmados entre o Brasil e os aliados para abastecimento das forças militares e, ainda, com a possibilidade que então

¹⁵ CANO, Wilson. *Op. Cit.*, p. 75.

*se abria para que exportássemos para vários países africanos e sul-americanos.*¹⁶

Do pós- segunda guerra até 1953, a valorização cambial, favoreceu a acumulação industrial, barateando a importação de equipamentos. Vale ressaltar que no imediato pós-guerra o país vivenciou um período de rígido controle de suas importações. Assim, apenas lubrificantes, matérias primas e equipamentos essenciais ao desenvolvimento do país podiam ser importados. Tal processo estimulou a expansão da indústria nacional de bens de consumo não-durável com a implantação de alguns montadores de bens de consumo durável. Dessa forma,

*“O produto real da indústria brasileira mais que triplicada entre 1919 e 1939, mais que duplicando entre esse último ano e 1949. A indústria periférica nacional, que quase triplicara ente aqueles dois anos, em 1949 era 1,8 vezes maior do que em 1939. São Paulo quadruplicou seu parque industrial no primeiro período tendo em 1949 uma indústria duas vezes e meia maior do que em 1939.”*¹⁷

Em síntese, no período que se estendeu de 1929 a 1933 se alterou o antigo padrão de acumulação de capital baseado no modelo primário-exportador, ou seja, aquele de desenvolvimento assentado na exportação de produtos primários. A dominância das exportações na economia do país passa para o segundo plano.

Embora as exportações tenham deixado de representar o aspecto mais importante da economia nacional, continuaram a exercer o importante papel de capacitar o Brasil para a importação de bens de produção necessários ao funcionamento da economia, em particular, para a continuidade do processo industrial.

¹⁶ *Ibid.*, p. 78.

¹⁷ *Ibid.* p. 79.

“... durante a industrialização restringida, é reduzida a produção nacional de bens de produção. A indústria, mesmo para seu funcionamento normal exigia apreciável volume de importação e, para expansão, a exigência se tornava ainda maior (...) reclamando desempenho minimamente satisfatório das exportações, sem o que essa industrialização estaria fortemente comprometida.”¹⁸

A indústria nacional não se restringiu apenas a produzir bens de consumo. Procurou substituir algumas importações de bens de produção, visando diminuir sua dependência das exportações de produtos primários. Teve um papel importante, no agravamento da concentração industrial em São Paulo e no acirramento da competitividade inter-regional.

Durante o período de industrialização restringida ampliou-se a consolidação e centralização do aparelho estatal que *“(a) atuou mais eficaz e coordenadamente na implantação de estratégias ou políticas especiais; (b) definiu-se, prioritariamente, pela industrialização, reforçado e integrando a indústria nos espaços onde ela já se encontrava significativamente concentrada.”¹⁹*

Percebe-se, portanto, que houve um agravamento da concentração industrial durante a frase de “industrialização restringida”. A participação de São Paulo na indústria nacional passou de 32%, em 1919, para 41%, em 1939.

Em 1949, representava 49% e, mesmo antes da instalação do Programa de Metas entre 1955 e 1956, a indústria paulista já representava 52% da indústria nacional. *“... Em suma, já antes do Programa de Metas São Paulo mantinha os mais elevados graus de concentração na parte mais importante da indústria brasileira: na dos bens de produção e de consumo durável.”²⁰*

Vale salientar que, embora a partir de 1953 já surgissem alguns empreendimentos industriais de bens de consumo durável e de produção, somente através da concretização dos investimentos decorrentes do programa de Metas (1956-1960), em especial investimentos na indústria automobilística, é que a taxa de crescimento industrial alcançaria os índices mais elevados.

¹⁸ *Ibid.*, p. 182.

¹⁹ GUIMARÃES NETO, Leonardo *Op. Cit.*, p. 97.

²⁰ CANO, Wilson. *Op. Cit.*, p. 104.

Segundo Wilson Cano, até as décadas de 1930 e 1940 a indústria da periferia nacional conseguiu coexistir com a indústria do pólo localizada no centro-sul do país. Porém, a partir da década de 50 quando a indústria paulista amplia suas atividades – implantando novas fábricas e reequilibrando-as, após a retomada das importações de bens de capital – passou a ser acirrada a competição inter-regional, consolidando a posição subordinada das economias regionais periféricas. Para o autor citado, o nordeste como economia periférica apresentava:

“... agricultura atrasada e pouco diversificada, enorme concentração da propriedade fundiária, indústria com baixa produtividade e estrutura pouco diversificada; débil relações capitalistas de produção, com predomínio de capital mercantil. Isto não só limitara as margens de lucro de sua indústria e agricultura se confrontadas com as condições vigentes em São Paulo – como impusera estritos limites à acumulação de capital industrial ...”²¹

Esse quadro impediu o Nordeste de enfrentar a acirrada concorrência da indústria paulista.

Referindo-se as origens históricas desse desequilíbrio regional, o autor considera que:

“a indústria já era concentrada e o agravamento dessa concentração, ao que tudo indica, deu-se antes da destruição mais evidente de indústrias de bens de consumo não durável na periferia. A grande concentração oligopólica que a industrialização pesada evidenciaria mais tarde tem, na verdade, raízes históricas muito claras, uma vez que principais firmas hoje chamadas multinacionais que atuam no Brasil já estavam aqui, instaladas nas décadas de 1920 e 1930, estabelecendo e garantindo sua futura reserva de mercado.”²²

²¹ *Ibid.*, p. 195.

²² *Ibid.*, p. 200.

1.3 – Fase da industrialização pesada (1956 – 1970)

O período que se iniciou em 1956 é caracterizado como a “industrialização pesada”. Este período correspondeu a uma série de inovações tecnológicas, que proporcionaram modificações na estrutura do sistema produtivo, e a um novo padrão de acumulação, proporcionado por um aumento da demanda de produção.

Houve um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo durável.

Wilson Cano subdivide a fase da industrialização pesada em duas etapas. A primeira se estende de 1956 a 1961, compreendendo as inversões decorrentes de programa de metas. A segunda decorreu entre 1962 a 1967, correspondendo a anos de crise, superada a partir dos anos de 1970.

Entre 1956 e 1961 se implantou no país a indústria pesada e a de bens de consumo durável, modificando o padrão de acumulação do mercado nacional. A concentração industrial em São Paulo foi ampliada.

“A partir do momento em que se instaura predominantemente no pólo, o processo de industrialização pesada, é nesse espaço econômico que seriam centralizadas as decisões de ‘onde’, ‘quando’ e ‘em que setor’, o capital que domina a dinâmica de acumulação à escala nacional deverá investir ...”²³

Neste período o mercado nordestino, abrindo-se cada vez mais para o comércio inter-regional, se vê inundado por produtos industriais de outras regiões, particularmente de São Paulo, onde se concentravam os ramos mais importantes do setor têxtil.

A implantação da indústria pesada no Brasil trouxe fortes conseqüências para o Nordeste. Houve um crescimento sistemático das importações de produtos de outras regiões e uma relativa estagnação de suas exportações para o resto do país, causando um déficit na economia desta região. Visando solucionar este déficit, o governo federal promoveu uma política de estímulos ao setor industrial na região, principalmente na década de 1960, com incentivos da SUDENE e do BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

²³ CANO, Wilson. *Op. cit.*, p. 253.

*"... com a política de incentivos fiscais, acelera-se ainda mais esse processo, via realização de modernas inversões de propriedade do capital do pólo, na periferia, destruindo os velhos empreendimentos similares locais. O encerramento de grandes e antigas fábricas têxteis no Nordeste constituiu o maior exemplo dessa situação"*²⁴

Segundo GUILMARÃES o impacto negativo ocorreu principalmente nos ramos tradicionais e que tinham a presença mais significativa na região, principalmente a têxtil, a de vestuário e a de calçados.²⁵

De 1961 a 1967 constitui-se na fase da industrialização pesada um momento de desaceleração da economia brasileira que:

*"... na perspectiva do Nordeste, fecha-se o ciclo de constituição do mercado interno brasileiro (...). Neste período, o capital produtivo desloca-se para o Nordeste em busca de oportunidades de investimento e de aproveitamento da política de estímulo ao desenvolvimento regional. (...) passa-se da etapa de articulação comercial para a de integração produtiva, implicando uma mudança qualitativa nas relações entre as regiões."*²⁶

No Nordeste instalaram-se indústrias complementares à indústria de bens de produção do Sudeste, como alguns segmentos produtores de bens de consumo durável e não-durável.

Nesse momento, o processo de integração do mercado nacional passa a vivenciar sua forma mais avançada, o da dominação econômica do Sudeste no processo de acumulação de capital em escala nacional. O grau de complementaridade inter-regional entre o pólo e a periferia aumenta ainda mais, visto que a maior parte da indústria pesada e de bens de consumo concentrou-se no Sudeste.

Segundo Guimarães "O Nordeste, até a década de 60, guarda a sua individualização como região ...", passando, a partir, de então, a perdê-la, no processo de integração

²⁴ *Ibid.*, p. 254.

²⁵ GUILMARÃES NETO, Leonardo. *Op. Cit.*, p. 105.

²⁶ *Ibid.*, p. 108.

do mercado nacional. A concepção de área ou espaço diferenciado ente as regiões brasileiras deixa de existir "... quando o capital originário da área onde mais intensamente ocorreu o desenvolvimento da força produtiva, passa a estar presente inserido no processo produtivo das demais, regiões,"²⁷ ou seja, quando o capital industrial do Sudeste se desloca para as periferias e promove mudanças nas economias regionais.

Em síntese, a região Nordeste, no período que se estendeu entre 1960 e 1967, foi contemplada com uma política econômica objetivando o desenvolvimento regional, em especial, uma política de incentivos fiscais. Foi marcante nessa fase a ampliação da capacidade produtiva e a modernização dos processos de trabalho as indústrias já existentes.

Na fase seguinte da década de 1970 que correspondeu ao período do "Milagre Econômico", o Nordeste, atrelado às áreas mais industrializadas do país, passa a acompanhar o dinamismo do restante da economia brasileira que sustentou de 1967 a 1973 um crescimento superior a 11% ao ano.

Enfim, as décadas de 60 e 70 marcaram a criação de importantes segmentos produtivos na economia nordestina, a modernização de alguns ramos industriais, causando, porém repercussões, ora positivas, ora bastante negativas, sobre as relações do Nordeste com as demais regiões brasileiras.

Dentre os ramos industriais que se modernizaram, o setor têxtil desempenhou um importante papel.

1.4 – O contexto das mudanças (1970 – 1980)

O início da década de 1970 foi marcado por uma nova etapa da economia nacional. Segundo Clementino foi "*um momento particular da consolidação no país de uma sociedade urbano-industrial.*"²⁸

Foi no período compreendido entre 1950 e 1980 que "*ocorre[u] o mais intenso processo de modernização pela qual o país passou, alterando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil. Transformações aceleradas verificam-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes e definitivas, como a relação campo/cidade e a reafirmação de estruturas já implantadas antes de 1950:*

²⁷ GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Op. cit.* p. 123.

²⁸ CLEMENTINO, Maria do Livramento. *Economia e Urbanização.* p. 247.

*a industrialização; a concentração de renda e integração no conjunto econômico capitalista mundial.*²⁹

O desenvolvimento urbano-industrial foi acompanhado por uma modernização técnica que proporcionou taxas de crescimento elevadas em todos os setores da economia nacional, a agricultura, a indústria e o setor de serviços. No setor industrial, especialmente, houve no início dos anos 70, uma notável expansão da estrutura produtiva.

Em termos de processo de urbanização, deve ser registrado o movimento migratório da população em dois grandes eixos: do campo para a cidade e das pequenas cidades para as metrópoles. Segundo Cano; *“o fluxo acumulado de migrantes inter-regionais do país, em 1970, equivalia a 12,8% da população, bem acima, portanto, dos 8,2% em 1950.”*³⁰

O eixo econômico deslocou-se então de campo (cenário tradicional da produção de riquezas), para as cidades (com a explosão de megalópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). Foi sobretudo na década de 1970 que a indústria expandiu-se mais aceleradamente, em particular na primeira metade da referida década.

Nas palavras de Clementino,

*“... a estrutura industrial passou por avanços significativos: deixa de crescer só internamente e passa a ter um forte nexó com o estrangeiro, ou seja, modificou e modernizou-se pela exigência, da implantação de novos setores e para atender à demanda de mercado internacional. Para isso, a dinâmica da economia exige expansão e modernização da agricultura (São Paulo, Centro-Oeste e Sul, principalmente) e exploração (em bases modernas) dos recursos naturais do Norte e do Nordeste.”*³¹

Visando modernizar a economia brasileira, em especial, o setor exportador o governo federal realizou uma série de investimentos públicos de infra-estrutura, como transpor-

²⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A modernização autoritária*. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). *História Geral do Brasil*, p. 273 – 303.

³⁰ CANO, Wilson. *Op. cit.*, p. 288.

³¹ CLEMENTINO, Maria do Livramento, *Op. cit.*, p. 249.

tes e comunicações. Uma maior atenção foi dada políticas regionais, objetivando-se descentralizar, rumo à periferia, a indústria nacional.

Entretanto, para Guimarães Neto,

“os indícios de ‘descentralização’ espacial, que os dados sobre a indústria passam a revelar já no início e no meado da década de 70 tem a ver muito mais com a transferência do capital produtivo com destino a espaços e setores restritos da periferia, do que com acumulação das frações do capital regional, ‘periférico’ que reagiram assim, à concentração espacial que lhe fora imposta nas fases precedentes.”³²

Assim, *“o período 70/80 significou não só aprofundamento da modernização com a continuidade da política de reequipamento da indústria têxtil, como o aumento significativo da capacidade produtiva, inclusive com a ‘desregionalização’ desse gênero industrial (...) o ano de 1980 vai encontrar a têxtil nordestina com nível de produtividade maior que a têxtil brasileira.”³³*

A modernização e expansão da indústria têxtil nordestina, a partir dos anos de 1970, teve, portanto, um preço: sua passagem para o controle de capitais oriundos e sediados na região Sudeste do país.

2 - A cotonicultura nordestina e a indústria têxtil no Brasil (1880 – 1930)

No final do século XIX o algodão nacional, produzido principalmente no Nordeste, foi deslocado do mercado mundial devido à forte concorrência de outros produtos internacionais. No entanto, para a cotonicultura brasileira abria-se uma nova alternativa: o abastecimento da indústria têxtil que se expandia neste momento no sudeste do país, principalmente no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo.

³² GUIMARÃES NETO, *Op. Cit.*, p. 180.

³³ *Ibid.*, p. 204 – 205.



Desta forma, o desenvolvimento da cotonicultura passou a ocorrer articulado ao desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional.

Por sua vez *“o desenvolvimento da indústria têxtil constitui um todo maior que é o processo industrial brasileiro.”*³⁴

No final do Século XIX e início do Século XX, ao processo de Divisão Internacional do Trabalho, que estruturava as relações comerciais entre nações veio somar-se um novo processo: o da Divisão Intranacional do Trabalho, o que permitiu uma reorientação de mercado para o algodão nordestino, que passou a ser crescentemente utilizado como matéria-prima no mercado interno.

Segundo Takeya *“a década de 1880 marcou o início do processo de reorientação de mercado para a cotonicultura nordestina.”*³⁵

O desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional garantiu a permanência da cotonicultura como setor de grande relevância para a economia nordestina. Destacavam-se como produtores de algodão neste momento: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte,

Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Maranhão, ou seja, todo o Nordeste exceto o Piauí. Outros estados fora da região Nordeste, como, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal, também produziam algodão, porém em pequenas proporções.

*“A alternativa do mercado interno fez com que o algodão fosse encarado pelos poderes públicos como cultura altamente promissora, obtendo incentivos governamentais para o seu desenvolvimento ...”*³⁶

Ao despontar o processo industrial no Brasil, o setor têxtil foi aquele que mais se destacou, em outras palavras, a indústria de fiação e tecelagem foi a que primeiramente se consolidou, e essa indústria utilizava o algodão como sua principal matéria-prima.

No final do século XIX, a indústria têxtil brasileira conseguiu diversificar e aperfeiçoar sua produção visando conquistar o mercado nacional, no qual predominavam os tecidos ingleses.

³⁴ TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste*, p. 45.

³⁵ *Ibid.*, p. 21.

³⁶ *Ibid.*, p. 30.

“... como um dos primeiros ramos industriais a desenvolver-se e consolidar-se no país as fábricas têxteis expandiram-se quase simultaneamente por diferentes regiões, antes de iniciar-se o processo de concentração industrial no Sudeste.”³⁷

É necessário ressaltar que tanto o progresso técnico quanto a conquista do mercado nacional foram conduzidos pela indústria têxtil algodoeira do Sudeste, que se colocou desta forma à frente das demais regiões brasileiras.

A indústria têxtil algodoeira do Nordeste não acompanhou o ritmo de desenvolvimento da indústria do sudeste, gerando descompasso em termos de produção e diversificação do setor têxtil nessas duas regiões.

Após perder espaço no mercado têxtil regional, o Nordeste se colocou como um grande fornecedor de matéria-prima para a indústria têxtil algodoeira nacional, concentrada no Rio de Janeiro e São Paulo.

Nas décadas anteriores a 1880, antes da indústria têxtil do Sudeste se expandir, conquistando o mercado nacional, fábricas têxteis estavam presentes, com grau de importância bastante semelhante, em diferentes províncias brasileiras.

Foram porém, as indústrias do Sudeste que primeiro passaram a exportar tecidos para as demais regiões do país, quebrando o sistema que restringia tanto a produção quanto o consumo de têxteis a uma mesma área.

As primeiras fábricas têxteis do Brasil datam de 1816 e 1826, respectivamente em Minas Gerais e Pernambuco.

A expansão da cultura do algodão, ao mesmo tempo em que tornou o Nordeste uma das maiores regiões exportadoras do mundo, permitiu o desenvolvimento de atividades de fiação e tecelagem de caráter artesanal e semi-industrial. Fazendo surgir diversas fiações e tecelagens em várias províncias da região.

Desta forma a indústria têxtil nordestina exerceu no século XIX grande importância para a economia do país, especialmente as fábricas têxteis da Bahia.

³⁷ *Ibid.*, p. 42.

Para Alcir Veras:

“... as atividades têxteis concorreram fortemente para o crescimento urbano do Nordeste, tanto pelas fábricas se instalaram em áreas que já contavam com algumas dessas características, como aquelas onde a fábrica deu origem à própria cidade. Portanto, a expansão dessas cidades está ligada à atividade têxtil, na medida em que a mesma funcionou como um meio de comércio e uma forma de ocupação ...”³⁸

A indústria têxtil do Nordeste procurou vencer o obsoletismo de sua indústria, importando equipamentos da Inglaterra.

Por volta de 1900, o setor têxtil nacional já constituía um ramo importante no conjunto da indústria de transformação do país. No caso do Nordeste, a importância do setor têxtil era ainda maior, uma vez que era o principal responsável pelo volume de empregos e pelo valor da produção industrial. No que se refere à produção agrícola, o setor algodoeiro era, por sua vez, o mais expressivo.

No Nordeste, o segundo grande centro têxtil depois da Bahia era Pernambuco, que tinha uma produção bastante superior às outras províncias da região. Pernambuco buscou ainda expandir-se regionalmente, exportando sua produção para outras províncias do Nordeste.

No entanto, a partir do final do século XIX cresceu gradativamente o vínculo entre a cotonicultura nordestina e a indústria têxtil algodoeira nacional concentrada no Sudeste.

O Brasil deixava progressivamente de importar tecidos, passando a produzi-los com matéria-prima oriunda do Nordeste do país.

Os cotonicultores nacionais almejavam continuar expandindo a atividade algodoeira, exportando matéria-prima para mercados internacionais. Esbarravam, porém, na concorrência de outros produtores que vendiam algodão de melhor qualidade. Se, por um lado, o mercado externo rejeitava o produto nacional, por outro, os industriais brasileiros necessi-

³⁸ SILVA, Alcir Veras da. *Algodão e indústria têxtil no Nordeste*, p. 40.

tavam de matéria-prima, mesmo um algodão de baixa qualidade, já que os tecidos inicialmente produzidos no país eram de qualidade inferior.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a indústria têxtil algodoeira nacional se expandiu consideravelmente, aumentando conseqüentemente a necessidade de matéria-prima.

Segundo Takeya,

“a alternativa que se abriu para a cotonicultura nordestina pela expansão do mercado interno, constituído pela indústria têxtil algodoeira nacional, gerou vínculos de interdependência entre os dois setores.”³⁹

Necessitando, portanto, da matéria-prima nordestina, a indústria têxtil algodoeira do Sudeste sofreu uma séria crise entre 1914 e 1916 com a ocorrência de pragas e de uma grande seca nesses anos. A falta de matéria-prima fez com que muitas indústrias fechassem.

Neste período, os Estados Unidos da América tentaram conquistar o mercado nacional, mas foram barrados pela pressão dos produtores nacionais junto ao governo federal.

Após a crise dos anos de 1914 a 1916, São Paulo passou a expandir a cultura algodoeira, tentando resolver o problema de sua dependência da matéria-prima nordestina. Assim, gradativamente, esse estado ampliou sua produção de algodão.

O enfraquecimento de todo o setor exportador brasileiro, provocado pela grande depressão que se iniciou em 1929, exigiu uma completa reorientação da economia nacional, no sentido de buscar substituir os produtos importados.

Sobre a grande depressão, Alcir Veras afirma:

“A crise de 1929 foi a grande oportunidade para a industrialização brasileira, que tendo a substituição se dado, notadamente, nas atividades industriais, permitiu a ampliação das oportunidades de investimento e conseqüentemente possibilitou manter o ritmo de crescimento econômico sob taxas aceleradas durante longos períodos (...) a alternativa mais plausível, para o momento, seria incentivar os investimentos no setor industrial, onde o ramo

³⁹ TAKEYA, Denise Monteiro. *Op.cit.*, p. 58.

*têxtil, pelo impulso que vinha experimentando nas décadas anteriores, foi o que obteve maiores vantagens.*⁴⁰

A partir da crise de 1929 um novo impulso foi dado a cotonicultura no estado de São Paulo, visto que esta crise trouxe sérios prejuízos a cafeicultura, principal atividade da economia brasileira até então. Assim, no início da década de 1930, São Paulo tornou-se o principal produtor de algodão do país, perdendo o Nordeste o lugar que até então ocupara como fornecedor de matéria-prima para a indústria têxtil algodoeira nacional.

Sobre essa perda da supremacia no mercado algodoeiro por parte do Nordeste, CLEMENTINO afirma:

*"Incapaz de concorrer com a produção sulina então organizada em bases capitalistas e mais modernas, o Nordeste já na condição de supridor marginal do mercado externo, é também desalojado dos mercados nacionais."*⁴¹

A partir de então, enquanto São Paulo iniciou a produção de algodão em larga escala, no Nordeste teve início uma grave crise na cotonicultura, que se acirrou com a chegada de empresas estrangeiras nesse setor agrícola.

Na década de 1930, várias dessas empresas que comercializavam algodão, atraídas pelo grande surto deste produto, procuraram se instalar no país.

Dentre elas destacaram-se a SANBRA, a Anderson Clayton Cia. E a Louis Drayfus & Cia.

Essas empresas instalaram-se nos principais Estados brasileiros produtores de algodão, abrindo filiais e implantando modernas usinas de beneficiamento de algodão.

Os beneficiadores locais e as empresa multinacionais passaram então a concorrer na compra da matéria-prima.

⁴⁰ SILVA, Alcir Veras da. *Op. cit.*, p. 47.

⁴¹ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização*, p. 135.

Os grupos estrangeiros, no entanto, processavam o algodão de uma forma integrada, ou seja, aproveitavam a semente transformando-a em óleo, torta e farelo, além de também aproveitarem o *linter*⁴². Possuíam grande facilidade no escoamento da produção para os mercados externos, pois contavam com filiais em diversos centros consumidores do mundo, que repassavam o produto para as grandes indústrias. Dessa forma, tornava-se bastante desigual a disputa por mercado entre os comerciantes e exportadores nacionais e os estrangeiros.

É interessante destacar que, antes da chegada das multinacionais os grupos que beneficiavam o algodão no país, vendiam a pluma às casas exportadoras, que após realizarem nova prensagem e enfardamento do produto (adequando-o as exigências dos mercados consumidores) comercializavam a produção para a indústria têxtil.

No entanto, a entrada das empresas internacionais e suas modernas usinas, realizavam o processo completo do beneficiamento do algodão, além da pluma aproveitavam o caroço gerando sub-produtos. Estes grupos passaram também a concentrar todo o processo - do beneficiamento a sua comercialização -, eliminando portanto, a intermediação das casas exportadoras.

Nas palavras de CLEMENTINO:

“Estava em curso uma mudança significativa na estrutura de beneficiamento do algodão: concentravam-se os mecanismos e os instrumentos de beneficiamento e comercialização (...) de uma forma integrada processava-se o beneficiamento e acondicionamento do produto para a exportação.”⁴³

No capítulo adiante, veremos como se deu a ação das multinacionais, no Rio Grande do Norte, um dos estados nordestinos, que passou por profundas mudanças na estrutura de beneficiamento do algodão com a chegada desses grupos.

⁴² *Linter, são fibras resultantes do deslinteramento do caroço de algodão e que também têm valor comercial.*

⁴³ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Op. Cit.*, p. 116.

3 – A cotonicultura potiguar e o cooperativismo no Rio Grande do Norte pós – 30.

3.1 – Evolução da atividade algodoeira no Rio Grande do Norte.

A partir da década de 1880, a cultura do algodão firmou-se definitivamente no Rio Grande do Norte, sobrepondo-se à cultura da cana-de-açúcar. O algodão tornou-se então, no final do século XIX o primeiro produto de exportação do Rio Grande do Norte, exercendo a partir daí um importante papel na economia estadual.

Segundo Takeya.

“Essa expansão da cultura do algodão no período que se estendeu da década de 1880 a 1930 estava relacionada à abertura de um mercado interno para não só a produção norte-rio-grandense, mas para a produção algodoeira nordestina”⁴⁴.

Conforme vimos no capítulo anterior, a cotonicultura nordestina após desalojada dos mercados internacionais pela forte concorrência de outros produtores, encontrou no sudeste do país um mercado consumidor na indústria têxtil algodoeira que se expandia no final do século XIX naquela região.

Essa reorientação de mercado era parte do processo da Divisão Intranacional do Trabalho.

“A expansão da cotonicultura no Rio Grande do Norte, ocorrendo imbricada ao crescimento e concentração da indústria têxtil no Sudeste corresponde ao processo de integração da economia norte-riograndense na Divisão Intranacional de Trabalho.”⁴⁵

A integração do Rio Grande do Norte neste processo gerou um quadro de expansão econômica e mudanças no nível de produção, comercialização e financiamento de atividades do setor agrícola, com a participação do Estado na efetivação dessas mudanças.

⁴⁴ TAKEYA, Denise Monteiro. *Notas sobre a econômica norte-riograndense nas décadas de 20 e 30*, p. 45.

⁴⁵ *Ibid.*

Dentre as medidas governamentais que objetivavam criar uma melhor infraestrutura do estado para expandir a cotonicultura, destacaram-se: incentivos á melhoria das técnicas de cultivo e beneficiamento de algodão, abertura de novos canais de financiamento agrícola, melhoria das condições de transporte , construção de açudes, instalação de campos experimentais, criação das primeiras usinas de beneficiamento e construção de estradas de ferro e estradas de rodagem, ligando o litoral ao sertão.

A partir da década de 1920, observa-se no estado “um forte desenvolvimento do aparelho administrativo estatal, consubstanciado na quantidade de órgãos criados para atender as necessidades da agricultura, especialmente o algodão.”⁴⁶ Chegaram ao poder estadual nessa década lideranças do Seridó, nas figuras dos governadores, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, grande proprietários rurais e cotonicultores, que iriam defender os interesses da cultura de algodão no Rio Grande do Norte.

Nas palavras de CLEMENTINO,

“... Os representantes da oligarquia algodoeira – pecuária, procedentes do Seridó e do Oeste tinham seus interesses cada vez mais atrelados às propostas de políticas de combate às secas, deslocando-se concretamente nos anos 20 o eixo da hegemonia do açúcar (litoral) para o algodão – pecuária (...). Em linhas gerais, o período de 30 a 60 marcou precisamente o momento em que a oligarquia algodoeiro – pecuária amplia sua base econômica e aperfeiçoa suas formas de dominação política.”⁴⁷

Em geral, a cultura do algodão era associada à agricultura de subsistência na qual o cultivo do milho e feijão destinavam-se não só ao autoconsumo, mas também, ao mercado. Essa atividade agrícola ocorria, basicamente, no interior das grandes fazendas criatórias, sobretudo no Sertão.

Na década de 1920, ocorreu uma expansão na rede de transportes com o objetivo de expandir os canais de escoamento da produção algodoeira.

⁴⁶ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização*, p. 80.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 156.

Referente ao período de 1930 a 1960, pelo mapa II, em anexo, podemos observar como estava disposta a rede rodoviária do Rio Grande do Norte, e quais os municípios que dispunham de beneficiadores de algodão.

No início dos anos de 1930, a cotonicultura potiguar estava em processo de expansão. A crise de 29 havia gerado no mercado interno uma grande procura de matéria-prima nacional. Entretanto, neste período, conforme vimos, São Paulo passou também a cultivar algodão em grande escala, superando gradativamente a produção nordestina. Desta forma, a indústria têxtil do Sudeste saía da dependência em relação ao algodão nordestino, gerando, portanto, uma grave crise para a cotonicultura nordestina em geral. Esta crise implicaria numa redefinição de mercados para a produção do algodão regional.

O Rio Grande do Norte, articulado, à Divisão Intranacional do Trabalho, redimensionou sua economia, diversificando a produção com o cultivo do agave e a exploração da xelita, nos anos de 1940 e 1950.

A concorrência no mercado algodoeiro nordestino foi acirrada com a chegada das empresas multinacionais no Nordeste, a partir da década de 1930, que gerariam uma mudança significativa no processo de beneficiamento, com a instalação de modernas usinas.

Segundo CLEMENTINO

“Na medida em que cabia à iniciativa privada proceder à reorganização da atividade de beneficiamento, o estado apressava o processo facilitando a entrada de capital estrangeiro e entregando o mercado brasileiro, particularmente o nordestino, às multinacionais do algodão.”⁴⁸

No Rio Grande do Norte, a partir dos anos 30 as multinacionais estiveram presentes na estrutura de beneficiamento do algodão.

Até então, cotonicultores da estado, que eram também beneficiadores do algodão, quando dispunham de recursos financeiros, adquiriam máquinas providas de serra, superiores em produtividade às velhas bolandeiras e os locomoveis até então utilizados no processo de beneficiamento.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 141.

Ao conjunto formado por até três máquinas de serra, acondicionados em um mesmo ambiente, chamava-se “meia-usina.”⁴⁹

Até o início da década de 1930, o processo de beneficiamento resultava na obtenção de caroço, pluma e línter. O algodão era não só produzido como também descaroçado no interior das grandes fazendas.

Visto que aqueles cotonicultores que não possuíam descaroçadores estavam na dependência dos grandes produtores rurais que possuíam estes maquinismos.

Após o processo inicial de beneficiamento, a pluma era vendida para as firmas exportadoras, instaladas em Natal e Mossoró que a revendiam, após prensagem enfardamento, aos centros têxteis consumidores no centro-sul do país. O caroço do algodão era comercializado no mercado local, destinando à alimentação do gado.

Como o crédito bancário é oficial só veio a se generalizar no Rio Grande do Norte, por volta de 1950, os grandes cotonicultores/beneficiadores de algodão, por sua vez, se colocavam na dependência das casas exportadoras, com as quais contraíam empréstimos para a produção da safra e/ou para a aquisição de maquinismos.

Não conseguindo pagar as dívidas com as casas exportadoras, no geral estrangeiros, muitas máquinas de beneficiamento no Rio Grande do Norte foram apropriadas pelos agentes dessas casas, como pagamento pelos empréstimos realizados.

O capital estrangeiro realizava, portanto, no Rio Grande do Norte, a intermediação comercial e financeira da agro-exportação.

As firmas norte-americanas SANBRA e Anderson Clayton, multinacionais do algodão, instalaram-se no estado na década de 1930 e alteraram as estruturas tradicionais do mercado algodoeiro local, pois, espalharam-se por todo o estado, implantando modernos maquinismos de beneficiamento e prensagem de algodão e estabelecendo centros de compra em todas as zonas algodoeiras.⁵⁰

⁴⁹ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O maquinista de algodão e o capital comercial*, p. 60.

⁵⁰ A empresa inglesa Machine Contton que chegou ao Rio Grande do Norte na década de 1920, instalando a Algodoeira São Miguel, adotou, ao contrário uma política de integração com os grupos cotonicultores locais, uma que se interessava por uma única espécie de algodão – ou fibra longa – usado na fabricação de linhas de coser e tecidos finos. Não houve desta forma uma destruição da estrutura de produção e beneficiamento, até então existente.

Passaram a produzir além da pluma, o óleo e a torta de algodão, obtido a partir do caroço, o que gerou uma grande procura deste último, que antes era consumido “in natura” pelo gado.

Para defender os interesses da oligarquia algodeira-pecuária do Rio Grande do Norte frente a empresas multinacionais, durante o governo do interventor Rafael Fernandes no estado (1937 a 1943) exigiu-se o cumprimento, por parte dessas empresas, da cláusula que estabelecia a implantação de campos experimentais para a distribuição de sementes aos cotonicultores regionais. Essa exigência afastou a ação de outras multinacionais no estado por cerca de vinte anos.

No período que se estendeu de 1930 a 1940, ocorreu no estado um processo através do qual as máquinas de beneficiamento do algodão deixaram o interior das grandes fazendas, concentrando-se em pequenos núcleos urbanos, próximos às zonas de produção do algodão, que se tornaram cidades.

Foi no entanto, por volta dos anos 50 que se generalizou à moderna usina de algodão no estado.

“Como o custo de complementação ou aquisição de uma dessas unidades era muito elevado, somente se tornaram usinas aquelas firmas ou maquinistas que sendo suficientemente capitalizados, podiam concorrer com a multinacional e fazer as mesmas ofertas de preços e financiamento da produção, além de investir na modernização de máquinas e prensas. Isso é inacessível às empresas de menor solidez financeira provocando, dessa maneira o desaparecimento de muitas delas.”⁵¹

A estrutura de beneficiamento montada pelas empresas multinacionais eliminou portanto, a ação das casas exportadoras, visto que, dominavam todo o processo - do beneficiamento à comercialização da produção.

⁵¹ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização*, p. 145.

Ao final dos anos 60, era também evidente a necessidade de renovação tecnológica do parque têxtil nordestino. O obsolescência dos equipamentos utilizados era apontado nos estudos regionais realizados pela SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do nordeste).

As propostas iniciais constantes dos primeiros planos diretores criados pela SUDENE previam a modernização e o reequipamento da indústria local, com um programa especial para a indústria têxtil. Em meados da década de 1960, a SUDENE passou a estimular empresas sediadas no centro-sul a implantarem suas filiais no Nordeste.

Segundo VERAS,

“Inicialmente, o programa não visava ao aumento da capacidade de produção e nem a instalação de novas indústrias, porém habilitar as fábricas a produzirem em melhores condições técnicas e econômicas. Contudo, logo na primeira etapa ficou patenteado que o programa de re-equipamento, dado as suas características, demonstrou ser altamente liberador de mão-de-obra. Esse fato, que concorreu para que se esboçasse no Nordeste um problema social de desemprego, levou a SUDENE a reforçar as bases iniciais do programa, permitindo a aprovação de projetos para a instalação de novas indústrias têxteis.”⁵²



As indústrias implantadas no Nordeste, utilizaram equipamentos bastante modernos, com alto índice de automação, exigindo, portanto, pouca mão-de-obra e pouca matéria-prima regional (algodão), já que, nos moldes do centro-sul, utilizavam-se fibras sintéticas.

Para CLEMENTINO, *“A presença dessa indústria moderna na região quebrou a indústria tradicional e tornou ainda crítica o mercado algodoeiro, resultando na grave crise têxtil – algodoeira do início dos anos 70.”⁵³*

⁵² SILVA, Alcir Veras da. *Op. Cit.*, p. 63.

⁵³ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização*, p. 185.

O Rio Grande do Norte, por sua vez, na década de 1970, passou por uma profunda mudança no setor têxtil.

Aproveitando a política econômica federal de investimentos para a indústria têxtil nacional, o estado criou o "Programa do Parque Têxtil Integrado". Com o intuito de substituir as importações de tecidos de outras regiões do país, foram implantadas atividades industriais, estimulando a economia secundária.

Neste período, ocorreu no estado um crescimento da economia local, porém, bastante desordenado. As indústrias do centro-sul, incluindo a têxtil algodoeira, instaladas no Rio Grande do Norte, substituíram o uso da matéria-prima local (o algodão) por fios sintéticos e assim, o algodão fibra-longa perdeu mercados. A penetração de capital têxtil nacional instalado no Rio Grande do Norte nas décadas de 1970 a 1980 gerou modernização nas máquinas de fiação e tecelagem, e maior diversificação na produção. Porém, esse quadro resultou apenas no favorecimento de grupos empresariais do centro-sul que se beneficiaram com a concessão de incentivos fiscais e financeiros. Como consequência, alguns empreendimentos similares locais, até mesmo os grupos mais tradicionais do Nordeste, foram fechados.

Diante desse cenário, a cotonicultura no Rio Grande do Norte nos anos 80 encontrou sérias limitações.

Desde os anos 70, o setor algodoeiro vivenciava uma séria crise. Esse período foi caracterizado pela desaceleração geral do crescimento industrial e por um aumento crescente da inflação no país. Por sua vez, o mercado externo, diminuiu gradativamente a demanda por fibras de algodão, generalizando-se o uso de fibras sintéticas, o mesmo ocorrendo no Brasil.

Em 1973, Francisco Seráfico Dantas, comprador e beneficiador de algodão no estado, referindo-se ao uso crescente de fios sintéticos e sua associação com o algodão fibra-curta na indústria têxtil, afirmou:

"As dificuldades da fibra longa se fizeram sentir de maneira arrasadora tão logo os sintéticos se impuseram como fortes concorrentes da fibra natural. Basta dizer que há cerca de oito anos os tecidos finos eram fabricados à ba-

se de 100% de algodão da fibra longa. Hoje, têm 66% de fios sintéticos e apenas 34% de fios finos de algodão ...”⁵⁴

Ao contrário, do algodão de fibra longa, o algodão de fibra curta continuou no mercado, ai alcançando preços razoáveis.

Na década de 1970, era patente a necessidade de modernização do parque fabril nacional para que a indústria têxtil pudesse continuar concorrendo no mercado externo e atendesse ainda à crescente demanda interna.

O desenvolvimento da indústria química, neste período, possibilitou o uso de fibras sintéticas – mais resistentes – estimulando a inovação tecnológica na indústria têxtil nacional.

O Rio Grande do Norte, como um excelente produtor de fibras longas, foi altamente prejudicado, pois os fios sintéticos substituíram gradativamente o algodão, na indústria têxtil nacional. Já a espécie fibra-curta, também produzida no Estado se adequava às inovações tecnológicas da indústria, pois seus fios podiam ser associados aos sintéticos.

A diminuição de mercados para o algodão fibra-longa, os baixos índices pluviométricos e ainda as pragas comprometeram a permanência dessa atividade no Estado, nos anos de 1980.

Em 1985, a Revista RN Econômico publicava a respeito do “Bicudo”, uma praga que destruía os algodoads do Rio Grande do Norte:

“A praga do bicudo, que entrou no Rio Grande do Norte no final de 84 pelo estado da Paraíba, e no início do 85 se alastrou pela maioria dos municípios produtores de algodão (...) agora, o governo se depara com o considerável aumento do índice de desemprego.”⁵⁵

A “questão do algodão” passou a preocupar o governo do estado, uma vez que se tratava do declínio de uma cultura que representava, em 1985, 30% da renda do setor agrí

⁵⁴ RN Econômico, n. 41 p. 26, 1973.

⁵⁵ RN Econômico, n. 169, p. 14, 1985.

cola estadual, além de responder pela absorção de 50% da população economicamente ativa do Rio Grande do Norte.

Após o declínio da cotonicultura nos anos de 1980, o Rio Grande do Norte passou a vivenciar um crescente êxodo rural e altos índices de desemprego. No setor agrícola, exce- tuando-se a produção de frutos tropicais para exportação, a prática generalizada foi a de um retorno à subsistência.

3.2 – O cooperativismo no Rio Grande do Norte

O cooperativismo ⁵⁶ teve início na Inglaterra, no século XIX quando foram fundadas cooperativas de consumo com o intuito de oferecer artigos por baixo preços aos seus cooperados.

No Brasil, este movimento foi iniciado na última década do século XIX, em São Paulo, com a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira.

No Rio Grande do Norte, a primeira cooperativa foi fundada em 1915 no município de Mossoró não tendo porém, prosperado. E aqui é importante ressaltar a presença da igreja católica nesse processo.

Por volta de 1930, foi criado o cooperativismo de crédito rural. Através do incentivo e participação financeiras do Estado várias caixas rurais foram espalhadas nos diversos mu- nicípios, reunindo grandes proprietários rurais, comerciantes de algodão, e proprietários de descaroçadores.

Dando maior respaldo às instituições cooperativistas que se formavam no Estado no final da década de 30, foram criados órgãos de assistência ao movimento como a “Comis- são de Assistência ao Cooperativismo” e a “Seção de Cooperativas”.

Apesar do cooperativismo ter sido apontado como uma solução para os problemas dos pequenos agricultores, o sistema cooperativista instalado no Rio Grande do Norte apre- sentou muitas fragilidades.

⁵⁶ *Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação co- munitades de cooperação, segundo SANDRONI, Paulo. Novissimo dicionário de econo- mia.*

Referindo-se às principais causas do declínio desse sistema no estado, afirma SANTOS:

“O meio cooperativista norte-riograndense geralmente mistura o interesse de classe com o de grupos. Não existe ainda o verdadeiro objetivo cooperativista, que determine a renúncia de interesses pessoais em favor do interesse de classe. Falta de estrutura administrativa, isto é, falta de pessoal com preparo técnico, o governo não ajuda suficientemente às cooperativas, nem financeiramente, nem tecnicamente.”⁵⁷

Pretendendo detectar as deficiências principais que o sistema apresentou no estado, a revista RN econômico realizou, em 1976, uma entrevista com técnicas cooperativas. A pesquisa apontou *“a falta de mentalidade cooperativista no estado, ausência de uma perfeita identificação com o espírito do cooperativismo.”⁵⁸*

Nesse mesmo artigo, o engenheiro agrônomo Gilzenor Sátiro coordenador do cooperativismo da Secretaria de Agricultura, afirmou:

“Os mecanismos de cooperativismo visam cuidar da produção individual inserida num contexto coletivo, a fim de salvaguardar o interesse do grupo associado. Esse grupo conta com dispositivos oficiais de ajuda - em dinheiro e orientação. Contudo, é preciso que se disponha a alguma renúncia pessoal e se integre no espírito puramente cooperativista”⁵⁹.

As cooperativas do Rio Grande do Norte que mais prosperaram foram: Cooperativa de Umarizal (produção salineira); Cooperativa Agrícola do Vale do Açu; Cooperativa Agrícola do Médio Oeste Potiguar e as Cooperativas que beneficiavam e comercializavam algodão (**Cooperativa Agropecuária de São Tomé, Alexandria – Santa Cruz**).

⁵⁷ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*, p. 281.

⁵⁸ RN Econômico, n. 77, p. 41, 1976.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 42.

Em geral, as cooperativas de beneficiamento e comercialização do algodão foram instaladas no Rio Grande do Norte no final dos anos 60, para tentar resolver a crise que envolvia as usinas locais naquele período.

Os altos juros cobrados pela rede bancária e as sofras negativas comprometeram o equilíbrio econômico-financeiro das empresas de beneficiamento, por isso muitas delas paralisaram suas atividades. Nesse período, tanto os grupos locais quanto os estrangeiros se desfizeram de suas unidades de beneficiamento.

Dessa forma, a saída encontrada para resolver esta crise foi à criação de cooperativas de beneficiamento de algodão. Organizadas no estado com o apoio estatal, contavam também com o apoio da cooperativa central⁶⁰ e de Banco nacional de crédito cooperativo, de quem poderiam adquirir respectivamente apoio técnico e financiamento para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 1981, referindo-se à Cooperativa Central do Rio Grande do Norte, a revista RN Econômico publicava:

“A instituição procura, a todo custo, coordenar a revenda de insumos, máquinas e implementos agrícolas, comprando esse material em grande quantidade, por um preço mais baixo, e depois revendendo-o perante às suas filiadas, também por um preço sem competidor”.⁶¹

A cooperativa de São Tomé – objeto do próximo item de nosso trabalho – desde a sua criação no final dos anos de 1930 atuou como uma cooperativa, recebendo pois, o apoio estatal, através da cooperativa central e de BNCC. Esta, talvez, tenha sido a razão de sua sobrevivência por anos no concorrido mercado algodoeiro.

⁶⁰ Em 1974, O governo do Estado do Rio Grande do Norte incentivou a criação da Cooperativa Central – Um órgão que deveria atuar com polarizador e coordenador de todo o sistema cooperativista agrícola do estado. RN Econômico, n. 127, p. 27, 1981.

⁶¹ RN Econômico, n. 127, p. 27, 1981.

3.3 – A Cooperativa de São Tomé

Fundada em 13 de outubro de 1939, no município de São Tomé – RN, situado no Agreste Potiguar, esta cooperativa foi oficializada com a razão social de “Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé Ltda.”⁶²

Segundo a ata de fundação, participaram do ato constitutivo destes quarenta e oito agricultores e criadores residentes no município de São Tomé e cidades adjacentes, como Barcelona e Currais Novos. Tratava-se de fato, dos maiores produtores / criadores da região:

*“Eram os representantes das famílias mais tradicionais do município, os Pereiras, os Lopes, os Rochas, os Medeiros, os Félix, os Andrades, Os Tomaz e os Ribeiros.”*⁶³

A cooperativa foi instalada *“com o objetivo econômico de unir os lavradores e criadores que [possuíam] propriedades ou exploração agrícola ou pastoril, em sua área de ação, a fim de facilitar-lhes crédito para financiamento no desenvolvimento de suas atividades profissionais, promover as vendas em comum, visando adquirir quaisquer artigos, matérias-primas, máquinas e utensílios necessários ao exercício da profissão de seus associados ...”*⁶⁴

Apesar de estar restrita a uma área de ação ⁶⁵, a Cooperativa ultrapassava seus limites de abrangência comprando algodão em diversos municípios do Rio Grande do Norte, como: Rui Barbosa, Barcelona, Lajes Pintadas, João Câmara, Touros, Itaipu, Jadairá, Riachuelo, Sítio Novo Lagoa de Velhos, Santa Cruz, Eloi de Souza e outros. Esta Cooperativa se propunha, portanto a promover *“o estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum e a venda em comum,*

⁶² Ver mapa I, em anexo.

⁶³ Informação obtida através de entrevista concedida por Josefa Zélia Araújo do Nascimento que exerceu na Cooperativa as funções de: Caixa, Chefe do Setor de pessoal e assistente administrativa, tendo trabalhado no local de 1968 a 1991.

⁶⁴ ata de fundação da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé, 1939. Veja-se cópia em anexo.

⁶⁵ Não foi possível quais municípios compreendiam essa área de ação. Porém, tomamos conhecimento através de entrevista, que a Cooperativa não seguia fielmente o que estabelecia seu estatuto no que dizia respeito à compra do algodão.

*de sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais.*⁶⁶

Em 1942, o município de São Tomé possuía 11 estabelecimentos de beneficiamento de algodão⁶⁷. Tudo indica que na década de 1940 estes maquinismos de beneficiamento dos maiores produtores locais foram reunidos numa mesma instalação dando início à “Usina de São Tomé”.

Os ideais cooperativistas espalhados no estado na década de 1930 foram divulgados no município por Cortez Pereira de Araújo (que viria a se tornar governador do Rio Grande do Norte em 1971), membro de uma das famílias tradicionais do município que fundaram aquela cooperativa. O primeiro presidente eleito para dirigir a empresa foi Raimel Pereira de Araújo.⁶⁸

Fundada na década de 1930, período no qual, o algodão nordestino, em sua maioria, abastecia a indústria têxtil em expansão no Sudeste, a cooperativa de São Tomé irá também se lançar no processo de beneficiamento e comercialização do algodão.

Segundo CLEMENTINO, em 1940, “... João Câmara, Campo Redondo e São Tomé, vão aparecer nesse momento pautados na expansão da cultura sisaleira e do algodão herbáceo ...”⁶⁹

A região do Agreste potiguar estava pautada no cultivo do algodão herbáceo, ou seja, o algodão fibra curta.

Segundo o estatuto social, poderia ingressar na cooperativa de São Tomé aquele que se dedicasse à atividade agrícola, pecuária ou extrativa, por conta própria em imóveis próprios ou ocupados por processo legítimo.

Para tanto, no ato do ingresso, o interessado deveria comprovar a legitimidade de seus direitos sobre o imóvel.

⁶⁶ *Segundo o estatuto social da Cooperativo de Agro-Pecuária de São Tomé. Dos objetivos sociais. Cap. II, Art. II, p. 01.*

⁶⁷ *Veja-se quadro I, em anexo.*

⁶⁸ *Pela ata da reunião ordinária, realizada em 21 de agosto de 1989, observamos a permanência da mesma família no poder, pois era presidente da Cooperativa neste período Afrânio Pereira de Araújo.*

⁶⁹ *CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Economia e urbanização, p. 155.*

Eram deveres da cooperativa:

“Vender a produção agrícola ou pecuária dos seus associados; fazer o transporte desta produção para as suas dependências e ainda classificar, padronizar, armazenar, beneficiar e industrializar a produção. Além do algodão, a cooperativa comprava o feijão e o milho produzidos na propriedade dos associados.”⁷⁰

Com relação aos benefícios advindos da associação à cooperativa, um ex-associado afirmou:

“Havia várias vantagens. Os sócios podiam comprar produtos como torta para o gado, produtos veterinários e ferramentas de uso agro-pecuário, nos postos de revenda da cooperativa. E, em troca, a gente fornecia algodão, milho e feijão produzidos na nossa terra.”⁷¹

A cooperativa dispunha ainda de tratores, que eram cedidos aos associados para o trato da terra, melhoria de estradas e a instalação de reservatórios d'água – “barreiros”. Além do fornecimento de produtos agro-pecuários, os sócios compravam medicamentos para uso próprio na farmácia da cooperativa que eram pagos ao final da safra de seus produtos agrícolas.

Os associados vendiam o algodão à cooperativa recebendo, inicialmente, apenas um adiantamento pelo valor de sua produção. Porém “as contas só eram feitas no final da safra”, quando a cooperativa pagava ao agricultor o melhor valor de mercado atingido pelo algodão durante aquela safra.

Com a chegada das empresas multinacionais na década de 1930 e a decorrente mudança na utilização do caroço do algodão, conforme vimos no item anterior, este passou a ter um grande valor comercial. Travou-se assim no estado uma verdadeira corrida pela compra desse sub-produto pondo em disputa grupos locais e internacionais. Havia, por-

⁷⁰ *Estatuto Social. Direitos, deveres e responsabilidades dos associados. Cap. III, art. III.*

⁷¹ *Informação obtida através de entrevista concedida por: José Ricardo do Nascimento, ex-associado da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé, no período de 1974 até o final dos anos 90, época em que foi fechada esta Cooperativa.*

tanto, grupos produtores e beneficiadores de algodão locais fortes o suficiente para competir com as empresas estrangeiras instaladas no estado.

A cooperativa Agro-pecuária de São Tomé, surgida no estado na década de 1930, conseguiu sobreviver no mercado algodoeiro por mais de cinco décadas.

De acordo com informações por nós obtidos, a cooperativa de São Tomé inicialmente destinava-se apenas ao beneficiamento do algodão, que era depois vendido às casas exportadoras existentes em Natal e Mossoró. O caroço do algodão "in natura" era utilizado para a alimentação do gado, posteriormente, a fabricação de óleo e da torta a partir do caroço passaram também a ser feitos no interior da Cooperativa.

Com relação à compra de algodão, "a Cooperativa não comprova o algodão na folha, quem fazia esse tipo de comércio eram os atravessadores,"⁷² que pagavam o menor preço possível. Geralmente, esses atravessadores vendiam o algodão para a própria cooperativa no momento em que em alta. Por se tratarem de pessoas com grande prestígio sócio-econômico, também recebiam os benefícios da cooperativa.⁷³

Essa compra também era feita por funcionários da cooperativa que eram enviados aos municípios vizinhos para comprarem o algodão nas feiras livres semanais, onde se reuniam os produtores locais.

*"Neste dias a cooperativa comprava o algodão de todo mundo, dos pequenos e médios produtores, dos não associados, dos atravessadores . . ."*⁷⁴

Segundo GUIMARÃES NETO, na comercialização do algodão atuavam diferentes figuras como os "ajuntadores", os "comerciantes locais", os "açambarcadores de feira ou caminhões" os "compradores das cidades" e "os grandes atravessadores coordenados."⁷⁵

Tudo leva a crer que no caso cooperativa agropecuária de São Tomé, muitas eram as formas de compra do algodão.

⁷² *Ibid.*

⁷³ *No municípios de São Tomé, Wellington Vital de Araújo e Ivo Lopes de Medeiros foram quem mais se destacaram nesta intermediação.*

⁷⁴ *Informação obtida através de entrevista concedida por: José Zélia Araújo do Nascimento.*

⁷⁵ *GUIMARÃES NETO, Leonardo. Op. Cit., p. 72.*

⁷⁶ *Informação obtida através de entrevista concedida por: Josefa Zélia Araújo do Nascimento.*

“Como nas feiras a usina pagava o algodão na hora, podia comprar a produção por um baixo preço e ainda ganhava com o transporte, pois levava uma grande quantidade de algodão em seus caminhões para a usina.”⁷⁶

A cooperativa estava também ligada à Cooperativa Central do Rio Grande do Norte e por isso dispunha de maior acesso aos financiamentos, empréstimos e às compras a prazo. Recebia ainda incentivo financeiro do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) advinha todo o auxílio técnico à cooperativa e seus associados.

A Cooperativa Central repassava as suas filiadas, produtos agropecuários por baixos preços. Os associados da Cooperativa de São Tomé por sua vez, podiam adquirir estes produtos nos postos de revenda instaladas nos municípios de São Tomé, Barcelona, Rui Barbosa e São Paulo do Potengi.

Neste município a cooperativa possuía um grande número de sócios, dos quais comprava produção agrícola e aos quais vendia implementos agrícolas, máquinas e produtos veterinários.

No município de São Tomé estava instalada uma sede da EMATER, na qual havia a presença permanente de técnicas que auxiliavam diretamente a cooperativa e seus associados, através de palestras e aulas de campo, visando assessorar os produtores da região com o uso de novas técnicas e alternativas que pudessem proporcionar uma maior e melhor produção agropecuária.

No final da década de 1970, houve uma diminuição da produção, devido à queda da safra do algodão nesse período.

Porém, *“apesar de tudo e de tantos fatores adversos, a cooperativa encerrou o exercício 79/80 com números relativamente recordes, pois graças aos esforços despendidos ainda [conseguiram] receber o equivalente a 91% da safra anterior.”*⁷⁷ Nesse exercício, a Cooperativa recebeu de 558 associados, 2.883.222 quilos de algodão que produziram.

⁷⁷ Relatório das atividades da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé. Exercício 79/80.



*"878.388 quilos de pluma, 20.046 quilos de piolho e 1.877.851 quilos de caroço dos quais 84.053 foram fornecidos aos seus associados para plantio e 1.793.178 submetidos à industrialização tendo resultado nos seguintes subprodutos: 200.566 quilos de óleo, 1.536.719 quilos de torta, 18.912 quilos de linter e 7.064 quilos de piolho."*⁷⁸

No quadro social da empresa no período mencionando – final dos anos de 1970 – constavam 1.368 associados e cerca de 70 funcionários diretos.

Por se tratar então de uma usina bastante moderna, exigia pouca mão-de-obra no setor de beneficiamento do algodão.

Segundo CLEMENTINO, a Cooperativa de São Tomé, juntamente com a Ceará Indústria S/A, eram as usinas de beneficiamento de algodão mais modernas do Rio Grande do Norte.⁷⁹

Possuíam, na verdade, cada uma delas, duas usinas em uma só: a de beneficiamento de algodão e a fábrica de óleo.

Neste período, a cooperativa possuía cerca de 11 monitores, que ministravam cursos aos agricultores do município e cidades vizinhas, também produtoras de algodão.

Para desenvolver suas atividades, a cooperativa recebeu financiamentos de Banco do Brasil (Agências de São Tomé e São Paulo do Potengi); de Banco do Estado do Rio Grande do Norte (Bandern – Agência de São Tomé e do Banco de crédito cooperativo, com sede em Natal).

O crescimento da cooperativa gerou uma expansão urbana, exigindo, do município serviços sociais básicos como telefonia, abastecimento de água, instalação de agências bancárias, escolas com ensino de 2º grau e etc.

A Cooperativa expandiu sua ação social fornecendo aos filhos dos associados bolsas de estudo na Escola da CNEC, única instituição educacional do município que, até a década de 1980, possuía o 2º grau.

⁷⁸ *Relatório das atividades da Cooperativa. Exercício 79/80. "Piolho" São fibras bastantes sujas que saem dos maquinismos misturados com restos de caroço de algodão e outras impurezas. Era comercializado para alimentação animal.*

⁷⁹ *CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista de algodão e o capital comercial, p. 226.*

O patrimônio da cooperativa de São Tomé compreendia além das instalações físicas da usina de beneficiamento de algodão e da fábrica de óleo, uma série de armazéns, prédios, pontos comerciais, máquinas e cerca de cinco veículos, em sua maioria, caminhões.

Nos postos de revenda agropecuária, era possível encontrar vários produtos como enxadas, pulverizadores, medicamentos veterinários, torta para o gado, sementes de algodão e etc.

Eram então clientes da cooperativa: Fábrica de Tecidos Santos Martha S/A, Organização Industrial S/A, Usina Everest Indústria e Comércio S/A.⁸⁰

Sobre a comercialização dos principais produtos da Cooperativa, foi possível tomar conhecimento através de entrevista que:

“A pluma era vendida para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e Ceará. O óleo, o algodão sai para: Jardim do Seridó, Açu, Fortaleza e Recife. Já a torta era comercializada na própria região, uma vez que, os sócios eram também pecuaristas. No Rio Grande do Norte a pluma beneficiada pela Cooperativa era vendida para a: Sparta, Borborema, Texita e Sperb.”⁸¹

A usina de São Tomé fornecia ainda, o algodão de tipo fibra-longa à algodoeira São Miguel. Com referencia a esta, a revista RN Econômico publicou em 1971:

“A algodoeira São Miguel fixa a partir de 30 de setembro, tradicionalmente, os preços de comercialização para os seus 300 fornecedores do algodão fibra-longa, dos municípios de Pedro Avelino, Angicos, Afonso Bezerra, Lajes, Caiçara do Rio do Vento, Jandaira, Pedra Preta, São Tomé, Barcelona, Tangará e Santa Cruz.”⁸²

⁸⁰ Relatório das atividades da Cooperativa. Exercício 70/80. 3.1.1: Clientes.

⁸¹ Informação obtida através de entrevista concedida por Inácio José dos Santos, ex-motorista da Cooperativa de 1978 a 1989.

⁸² RN Econômico, n. 29, p. 4, 1971.

Em meados da década de 1980, quando o algodão norte-riograndese, entrou em crise, as usinas do estado que possuíam uma estrutura completa, fazendo, portanto, o beneficiamento da pluma e a fabricação do óleo e da torta, passaram a importar o caroço de algodão de outros estados. A cooperativa de São Tomé, por exemplo.

“Depois de 1986 ia buscar o caroço na Bahia, em Vitória da Conquista, Brumado, Anajé, Caitité e Guanambi; em São Paulo, nos municípios de Bauru e Araraquara; em Minas Gerais, nas cidades de Espinhosa, Montes Claros, Porteirinha e Mato Verde. Era uma forma da usina não parar.”⁸³

Durante a década de 1970 e 1980, a cooperativa Agro-pecuária de São Tomé esteve entre as principais empresas arrecadoras de ICMS do estado do Rio Grande do Norte.⁸⁴

Incapaz, entretanto, de sobreviver à crise do algodão que se iniciou em meados dos anos 80, fechou suas portas na década de 1990.⁸⁵

As várias dívidas com o Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco do Nordeste do Brasil,⁸⁶ fez com que aquela empresa perdesse a maioria dos seus bens.

⁸³ Informação obtida através de entrevista concedida por: Inácio José dos Santos.

⁸⁴ Veja-se quadro III, em anexo.

⁸⁵ Atualmente está havendo no local um estudo para reativação da fábrica de óleo, tendo sido feito um recadastramento de associados. O direcionamento das atividades nesta fase destina-se a caprinocultura.

⁸⁶ A ata da reunião ordinária da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé, em 26 de setembro de 1992, faz menção a um empréstimo junto ao BNB cujo valor correspondia a CR\$ 28.000.000.000,00 (vinte e oito bilhões de cruzeiros)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de século XIX o Sudeste do país liderava o processo industrial nacional, com ênfase no setor têxtil. O Nordeste, no entanto, ligado ao processo da “Divisão Intranacional do Trabalho” destinou-se ao fornecimento de matérias-primas a essa indústria, então, em ascensão. O Rio Grande do Norte, se integrou neste processo, através da cotonicultura, tendo em vista que a indústria têxtil-algodoeira nacional foi a primeira a despontar. Desta forma, o conjunto das relações de comercialização empreendidas pelas usinas de beneficiamento de algodão, no Rio Grande do Norte, a partir do final do século XIX se insere no quadro geral da “Divisão Intranacional do Trabalho”, correspondendo a uma nova reorientação econômica na qual a produção nacional de algodão passou a ser direcionada ao mercado local com o desenvolvimento têxtil do Sudeste.

A Cooperativa Agro-pecuária de São Tomé – usina que beneficiava e comercializava algodão -, também integrada neste processo encontrou, portanto, na indústria têxtil nacional um mercado consumidor favorável à sua expansão.

Esta usina de beneficiamento de algodão é pouca conhecida no Rio Grande do Norte. No entanto, obteve grande importância na economia do Estado. Na safra de 1969/70, respondeu por 2% do total do algodão beneficiado no Rio Grande do Norte⁸⁷, chegando a se tornar, nos anos 70 e 80, uma das maiores empresas arrecadoras de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias) de nosso Estado.

É necessário no entanto ressaltar, que nem sempre àquela cooperativa seguia os parâmetros estabelecidos no estatuto social, principalmente, no tocante à questão administrativas.⁸⁸ Como sua diretoria estava também envolvida com a vida política do município, havia ainda na cooperativa, uma mistura de interesses político-partidários com interesses coletivos.

⁸⁷ Ver quadro II e III em anexo.

⁸⁸ Segundo o Estatuto Social da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé. Do Conselho de Administração Cap. IX, art. 28º: “Não [podiam] compor o Conselho de Administração parentes entre si até o 2º (segundo grau, em linha direta ou colateral”. Porém, na prática viu-se que houve não apenas a permanência de parentes diretos na presidência da cooperativa mas a sucessão de uma mesma família ocupando os cargos de direção.

A usina de beneficiamento de algodão de São Tomé atuou, por tanto muito mais como uma empresa “moderna” e “organizada” do que como uma “cooperativa”.

Tendo um quadro de associados bastante expressivo, que mantinha o abastecimento permanente da cooperativa, a usina de São Tomé, conseguiu manter suas atividades até os anos 90, apesar dos grandes obstáculos que enfrentou.

Suas várias dívidas com a rede bancária; a crise do algodão no Estado, a escassez de invernos; as praças no setor algodoeiro, entre elas – o Bicudo – o uso generalizado de sintéticos na indústria têxtil acabaram determinando o seu fechamento.

Com a escassez da matéria-prima básica – o algodão fibra curta - , os produtores locais, sem recursos, migraram para a zona urbana. Àqueles que permaneceram no campo, passaram a praticar uma agricultura de subsistência e uma incipiente pecuária (mais direcionada a caprinocultura).

Na cidade de São Tomé houve o fechamento das agências bancárias e uma redução nas atividades comerciais. Assim, a crise da cooperativa afetou toda a economia do município.

Neste sentido, a história da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé é também parte significativa da história do próprio município onde atuou.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

I – Entrevista

Inácio José dos Santos, Natal, 14 de dezembro de 2002.

José Ricardo do Nascimento, Natal, 13 de outubro de 2002.

Josefa Zélia Araújo do Nascimento, Natal, 22 de novembro de 2002.

II – documentos

ATA da fundação da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé. 13 de outubro de 1939.

ATA de reunião ordinária, 21 de agosto de 1989.

ATA de reunião ordinária, 26 de setembro de 1992.

ESTATUTO social da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé.

RELATÓRIO de atividades da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé. Exercício 79/80.

III – Artigos de revista

RNECONÔMICO, n. 29, 1971.

_____, n. 41, 1973.

_____, n. 75, 1976.

_____, n. 77, 1976.

_____, n. 78, 1976.

_____, n. 95, 1978.

_____, n. 108, 1978.

_____, n. 127, 1981.

_____, n. 129, 1982.

_____, n. 140, 1983.

_____, n. 151, 1984.

_____, n. 169, 1985.

_____, n. 187, 1987.

_____, n. 212, 1989.

BIBLIOGRAFIA

- A'RBOCZ, Istvan Imre Laszlo. **Ensaio sobre a História Econômica do RN**. Ed. Universitária, 1986.
- ATLAS do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. O Diário, 2002.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 – 1970)**. São Paulo: Global; Campinas: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização: O Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN, CCHLA, 1985.
- _____. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: Ed. Universitária, 1986.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo Guimarães. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1989.
- MENDONÇA, SÔNIA Regina de. **Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica**. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus 3. ed., 1990. p. 229 – 272.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Da República Velha ao Estado Novo: O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal**. IN: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 3.ed., 1990. p. 211 – 228.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 10. ed. São Paulo: Ed. Best Sells. 2002.
- SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica de Rio Grande do Norte (Do século XVI ao XX)**. Natal: Ed. Clima 1994.
- SILVA, Alves Veras da. **Algodão e indústria têxtil no Nordeste: uma atividade econômica regional**, Natal: Ed. Universitária, 1980.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964 – 1984)**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 3. ed., 1990. p. 273-303.
- TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 – 1915)**. Fortaleza: ETENE, BNB, 1985.
- _____. **Notas sobre a economia norte-rio-grandense nas décadas de 20 e 30**. Entre-textos. UFRN, CCHLA, Natal, v. 5, 1986. p.44-54.



ANEXOS

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DE SÃO TOMÉ LTDA

REGISTRADA NO S. E. R. SOB N. 819 EM 6/12/1939

REGISTRADA NO DCOR SOB N. 15 EM 13/11/1939

SÃO TOMÉ — RIO GRANDE DO NORTE

ATO CONSTITUTIVO DA COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DE SÃO TOMÉ, realizado no dia 13 de Outubro de 1939.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e trinta e nove, nesta cidade de São Tomé, sede do Município do mesmo nome, Comarca de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, ás 14 horas, na sala principal do prédio sito á rua Presidente Getúlio Vargas, s/nº reuniram-se em Assembléia Geral, para o fim de constituírem uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, nos termos do Decreto Federal nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, revigorado com alterações pelo Decreto Lei nº 581, de 1ª de agosto de 1938, os seguintes senhores: 1-Rainel Pereira de Araújo, com 36 anos de idade, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 2-Alfrêdo Augusto da Costa, com 25 anos, casado, brasileiro, criador e agricultor, residente em São Tomé; 3-João Gonçalves de Andrade Filho, com 50 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 4-Miguel Borges de Araújo, com 35 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 5-Félix Gomes de Melo, com 53 anos, brasileiro, casado agricultor e criador, residente em São Tomé; 6-Anínia Alves da Silveira, com 34 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 7-Adolfo José de Maria com 35 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 8-Luís Gonzaga de Medeiros, com 35 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador residente em São Tomé; 9-Juvenal José de Maria, com 38 anos, brasileiro solteiro, agricultor e criador, residente em São Tomé; 10-Sérvulo Lopes, com 37 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 11-Eurilo Ferreira da Rocha, com 31 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 13-Francisco Pinheiro Borges, com 39 anos, brasileiro, casado, agricultor e (criador) criador, residente em São Tomé; 13-Joventino Pereira de Araújo, com 40 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em Currais-Novos; 14-Pedro Pereira de Araújo, com 37 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 15-Leoncio Costa, com 58 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 16-Antonio Bezerra Furtado, com 72 anos brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 17-Francisco Solon, com 72 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 18-Teofilo Lopes, com 30 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 19-Pedro de Azevêdo Maia, com 45 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em Barcelona-São Tomé; 20-Sébastien Ferreira Lima, com 72 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 21-Otacílio Ferreira da Rocha, com 31 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 22-Francisco Gomes, com 41 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 23-Ovídio Honorato, com 36 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, digo, e criador, residente em São Tomé; 24-Olegário José de Maria, com 65 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé.

do, agricultor e criador, residente em São Tomé; 26-Frederico Antonio Chacon, com 29 anos, brasileiro, solteiro, agricultor e criador, residente em São Tomé; 27-José Macena, com 44 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 28-Estevan Carlos de Lima, com 36 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 29-José Tomás de Aquino, com 56 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 30-Manoel Guedes da Fonsêca, com 28 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 31-José Guedes da Fonsêca, com 20 anos, solteiro, agricultor e criador, residente em São Tomé; 32-Manoel Avelino de Oliveira, brasileiro, casado, com 52 anos, agricultor e criador, residente em São Tomé; 33-João Pereira da Silva, com 51 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 34-Tiburcio de Araújo Pereira, com 50 anos, casado, brasileiro, agricultor e criador, residente em São Tomé; 35-João Umbelino de Andrade, com 70 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 36-José Elói Ribeiro, com 65 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 37-Daniel Cândido de Valença, com 47 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 38-Juvêncio Cândido de Valença, com 49 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 39-Manoel Ribeiro de Lima, com 38 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 40-Vicente da Costa Medeiros, com 59 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 41-Françisco Leonis Gomes de Assis, com 39 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 42-Antônio Assunção, com 30 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 43-José Antonio da Costa, com 49 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 44-Miguel Felipe com 48 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 45-João Lourenço, com 45 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 46-Antonio Domingos de Queiróz, com 46 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 47-Joaquim Tomás Dantas, com 54 anos, brasileiro, casado, agricultor e criador, residente em São Tomé; 48-João Malaquias de Araújo, com 25 anos, brasileiro, solteiro, agricultor e criador, residente em São Tomé. Assumindo por aclamação a presidência da Assembléia o senhor Rainel Pereira de Araújo, convidou a mim, Miguel Borges de Araújo, para secretariar a sessão e redigir a respectiva ata ficando assim constituída a mesa. A seguir, o senhor Presidente declarou aberta a sessão e desse que o fim da presente reunião era o da fundação de uma cooperativa agro-pecuária de responsabilidade limitada, com o objetivo de unir os lavradores e criadores que possuam propriedades ou exploração agrícola ou pastoril, em sua área de ação e deliberar sobre os estatutos que deveriam reger a vida da cooperativa e as relações dos dos associados entre si, estatutos esses, que se achavam sobre a mesa e a cuja leitura mandou proceder. Terminada essa leitura, foram os mesmos estatutos postos em discussão e, como não houvesse objeções sobre qualquer dos seus (depositivos) dispositivos, foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade, valendo esta deliberação expressa da vontade livre de formar a sociedade. Assim feito, o senhor Presidente depois de consultar a assembléia declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro, a "COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DE SÃO TOMÉ, com sede na cidade de São Tomé, município do mesmo nome, Estado do Rio-Grande do Norte, com o objetivo econômico de unir os lavradores e criadores que possuam propriedades ou explorações agrícolas ou pastoril, em sua área de ação, a fim de facilitar-lhes "crédito para desenvolvimento no desenvolvimento de suas atividades produtivas;" promover vendas em nome da cooperativa. . .

dução de seus associados" manter uma seção de compras comum, visando adquirir quaisquer artigos, matérias primas, máquinas e utensílios, necessários ao exercício da profissão dos seus associados", sendo seus fundadores todos os associados, cujos nomes residenciais, idades, nacionalidades, estado civil, e profissões se acham discriminados no corpo da presente ata e que a assinam. Em seguida o senhor Presidente disse que, estando constituída a sociedade-COO PERATIVA AGRO-PECUÁRIA DE SÃO TOMÉ", dava-a por oficialmente instalada e convidada os presentes para procederem a eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e seus suplentes. Realizada a eleição, foi feita a apuração, dando o seguinte resultado: para presidente, o senhor Rainel Pereira de Araújo, com 47 votos, para conselheiros, os senhores, Alfrêdo Augusto da Costa, Miguel Borges de Araújo, João Gonçalves de Andrade Filho e Félix Gomes de Melo, cada um com 47 votos, para o Conselho Fiscal: Conselheiros:- Ananias Alves da Silveira, Adolfo José de Maria, Luís Gonzaga de Medeiros, cada um com 46 votos; para suplentes os senhores Juvenal José de Maria, Sérvulo Lopes e Eurilo Ferreira da Rocha, com 43, 42 e 46 votos, respectivamente. O senhor Presidente, a seguir, proclamou os eleitos, dando-os como empossados nos respectivos cargos. O senhor Presidente pediu a palavra para declarar que o capital da sociedade até aquele momento era de 6:480\$000, correspondente a 324 quotas-partes de Rs.... 20\$000, cada uma, tendo sido realizada a importância de Rs.. 6:000\$000, correspondente a 300 quotas-partes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão, do que para constar, eu Miguel Borges de Araújo, servindo de secretário, lavrei a presente ata que, lida, votada e, aprovada por todos, vai assinada por todos os presentes. São Tomé, 13 de outubro de 1939. (s.a.) Miguel Borges de Araújo, Secretário, Rainel Pereira de Araújo-Presidente, Alfrêdo Augusto da Costa, Conselheiro, João Gonçalves de Andrade Filho, - Conselheiro, Félix Gomes de Melo, Conselheiro, Ananias Alves da Silveira, Adolfo José de Maria, Luís Gonzaga de Medeiros, Juvenal José de Maria, Sérvulo Lopes, Eurilo Ferreira da Rocha, Francisco Pinheiro Borges, Pedro Pereira de Araújo, Leoncio Costa, Antonio Beserra Furtado, Theophilo Lopes, Pedro de Azevêdo Maia, Otacilio Ferreira da Rocha, Francisco Gomes, Olegário José de Maria, Francisco Januário de Souza, Pe. Ant. Tomé Chacon, Estevam Carlos de Lima, José Tomás de Aquino, Manoel Guedes da Fonsêca, José Guedes da Fonsêca, Tiburcio de Araújo Pereira, João Umbelino de Andrade, Daniel Cândido de Valença, Joventino Cândido de Valença, Manoel Ribeiro do Lima, Francisco Leonis Gomes de Assis, Antonio Assunção, José Antonio da Costa, João Lourenço, João Malaguias de Araújo - Fui presente- Francisco Veres Boserra, Chefe da Seção de Cooperativas, do Departamento de Agricultura, Viação e Obras Públicas; Delegado do Serviço de Economia Rural. Juvino dos Anjos, Inspecor-Contabilista da Sec. de Cooperativas.

Intervenção acordada com o original

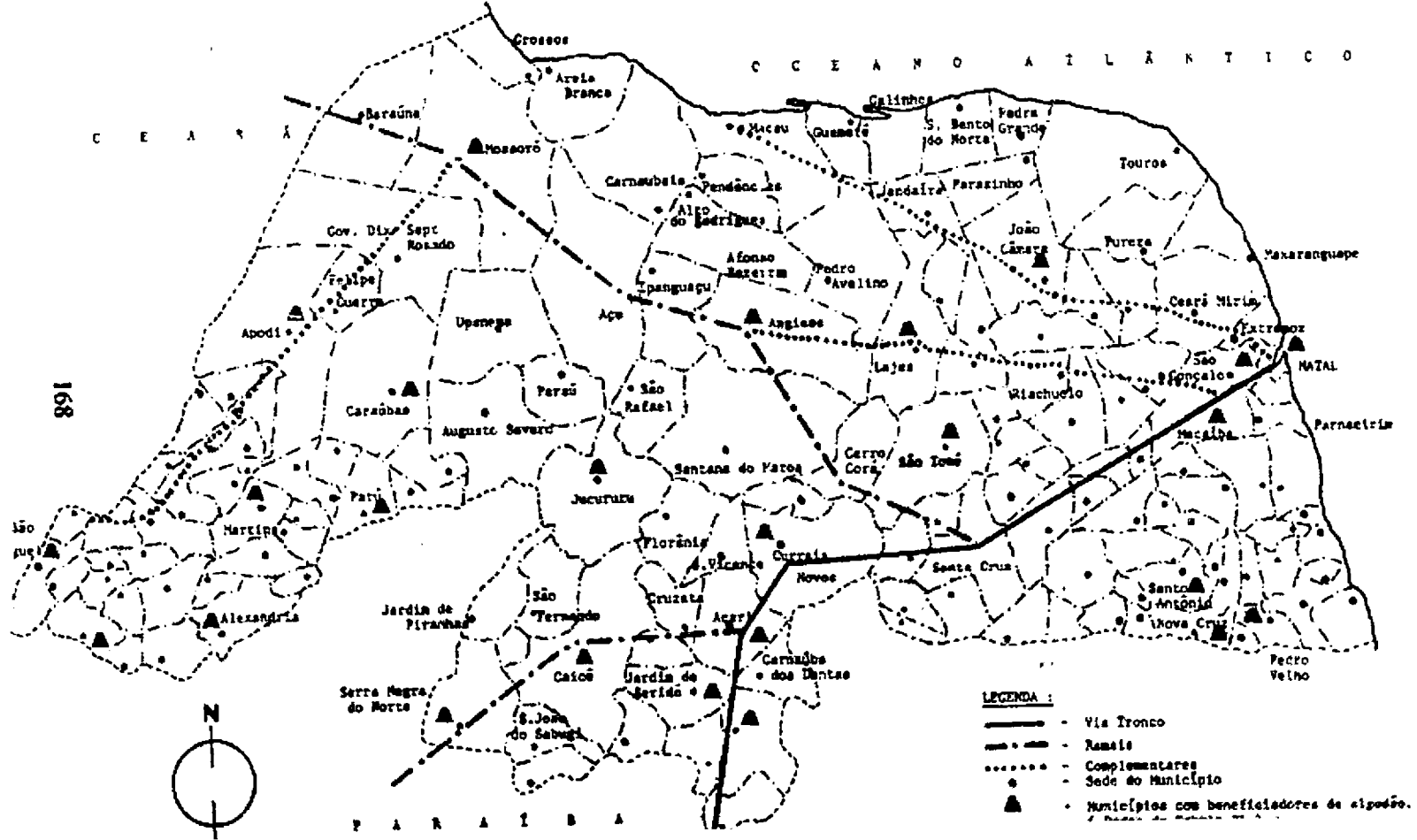
José Ferreira de Moraes

- JOSÉ FERREIRA DE MORAIS -

SECRETÁRIO

MAPA 01

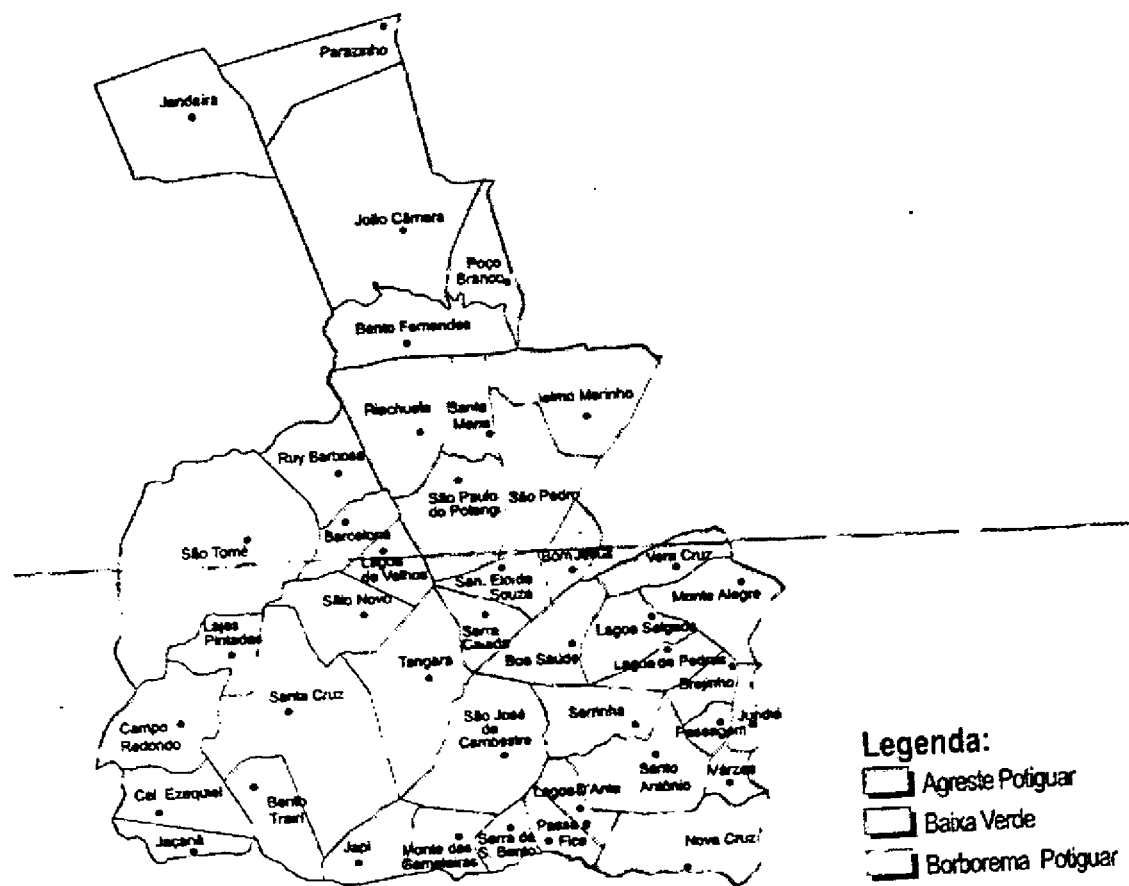
R.G.N. : REDE RODOVIÁRIA BÁSICA - 1930/1960



FONTE: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Economia e urbanização, p. 168.

MAPA II

Região Agreste



FONTE: Atlas do Rio Grande do Norte, p. 75

QUADRO I – Estabelecimento industrial de algodão existente no Rio Grande do Norte.

NATUREZA DO ESTABELECIMENTO						
Municípios	Fiação e prensagem	Beneficiamento	Óleos vegetais	Fab. Maq. Benef.	Es-topa	Total
Natal	01					01
Acari		06	-	-	-	06
Alexandria		04				04
Angicos		08	01			09
Apodi		01	-			01
Augusto Severo		09	-			09
Baixa Verde		03	01			04
Caicó		03				03
Caraúbas		06				06
Currais Novos		11	01	01		13
Jardim do Seridó		05				05
Jucurutu		04				04
Lajes		05				05
Luis Gomes		03				03
Macaíba		04				04
Martins		07				07
Mossoró	01	03	04	01		09
Nova Cruz		06				06
Parelhas		13				13
Patu		08				08
Pau dos Ferros		05				05
Pedro Velho		01				01
Santana do Matos		08				08
Santa Cruz		12				12
Santo Antônio		01				01
São Gonçalo		02				02
São Miguel		07				07
São Tomé		11				11
Serra Negra		01				01
TOTAL	02	157	07	01	01	168

FONTE: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista de algodão e o capital comercial, p. 137



QUADRO 1.1 – Usinas de beneficiamento de algodão no Rio Grande do Norte.

FIRMAS	USINAS		PRODUÇÃO			
			1959/60		1969/70	
	1959/60	1969/70	FAR DOS	FAR DOS	%	%
NÓBREGA & Dantas S/A Ind. Com.	04	04	32.291	22,1	14.736	11,7
Alfredo Fernandes & Cia.	07	02	23.033	15,7	10.718	8,5
SANBRA	02	02	18.291	12,5	44.048	35,0
Algodoeira São Miguel	03	02	16.546	11,3	17.036	13,5
S/A Mercantil Tertuliano Fdes.	03	01	14.034	9,6	1.516	1,2
COOK & Cia. Comércio de Algodão	06	-	13.238	9,0	-	-
Fernandes & Cia.	02	-	5.223	3,5	-	-
Exp. Emídio Germano da Silva	01	-	5.123	3,5	-	-
Arnaldo Irmãos & Filhos	01	-	4.172	2,8	2.565	2,0
Medeiros & Cia.	01	01	6.675	2,5	3.622	2,8
Diniz & Dantas	01	01	2.869	1,9	-	-
Anderson Clayton & Cia.	-	-	2.099	1,4	-	-
Adauto Rocha	01	-	1.926	1,4	-	-
Usinas Estivas	02	-	1.456	1,0	-	-
Inácio Gabriel	01	01	1.055	1,0	1.166	1,0
Algodoeira Seridó Com. e Ind. S/A	-	01	-	-	11.378	9,0
Consórcio algodoeiro Nova Cruz	-	01	-	-	3.827	3,0
Algodoeira Mocó Ind. e Com.	-	01	-	-	3.809	3,0
Alg. Theodorico Bezerra	-	01	-	-	2.508	2,0
Coop. Agrop. de São Tomé Ltda.	-	01	-	-	2.479	2,0
Antônio Holanda	01	01	(**)	-	2.000	1,6
Raimundo Abrantes	-	01	-	-	1.944	1,6
Ferreira de Melo	-	01	-	-	1.349	1,1
Outros	03	02	972	0,08	1.001	1,0
TOTAL	39	25	146.003	100,0	125.701	100,0

FONTE: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista de algodão e o capital comercial, p. 147.

QUADRO III - Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé Arrecadação de ICMS

1974	24º lugar – entre as 50 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado
1975	30º lugar – entre as 50 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 12º lugar – entre as 50 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado
1976	42º lugar – entre as 50 maiores empresas arrecadadoras de ICMS cômputo geral (capital / inteiro)
1977	26º lugar – entre as 50 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado
1978	30º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 14º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior
1979	*
1980	*
1981	41º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 18º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior
1982	19º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 6º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior
1983	19º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 6º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior
1984	36º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 11º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior
1985	32º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 10º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior
1986	85º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do Estado 35º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICMS do interior

1987	** ----- 159º lugar – entre as 100 maiores empresas arrecadoras de ICMS do interior
1988	** ----- 43º lugar -- entre as 100 maiores empresas arrecadoras de ICMS do interior

FONTE: RN Econômico, n. 76, 1976; n. 85, 1977, n. 95, 1978; n. 108, 1979; n. 129, 1981; n. 140, 1983; n. 151, 1984; n. 151, 1984; n. 169, 1985; n. 187, 1987; n. 212, 1989

* Não foram encontrados dados referentes a estes anos.

* * A Cooperativa de São Tomé não está mais pautada neste período entre as 100 maiores empresas arrecadoras de ICMS do Estado.

Primeiras instalações da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé (Escritório, almoxarifado).



Fonte: Arquivo pessoal, 2003.

Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé
Sala das máquinas



FONTE: Arquivo pessoal, 2003.

Instalação atual da Cooperativa Agro-Pecuária de São Tomé



FONTE: Arquivo pessoal, 2003.

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu INÁCIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, CPF Nº 086.291.884-72, carteira de identidade 207.581, emitida pelo ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, nº 831 – Novo Amarante – São Gonçalo do Amarante – RN, declaro ceder à pesquisadora Guacira Araújo do Nascimento, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora na cidade, no dia 14 de dezembro de 2002.

Guacira Araújo do Nascimento, fica conseqüentemente, autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem com permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

Natal/RN, 13 de janeiro de 2003.

Inácio José dos Santos

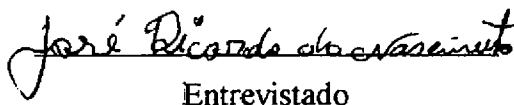
Entrevistado

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, CPF Nº 156.495.984-87, carteira de identidade Nº 163.948, emitida pelo ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, nº 28 – Conj. Amarante – São Gonçalo do Amarante – RN, declaro ceder à pesquisadora Guacira Araújo do Nascimento, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora na cidade, no dia 13 de outubro de 2002.

Guacira Araújo do Nascimento, fica conseqüentemente, autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem com permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

Natal/RN, 13 de janeiro de 2003.

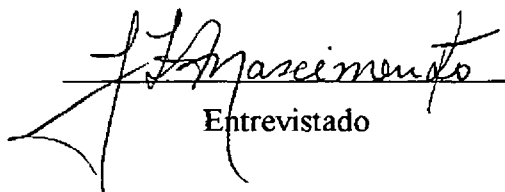

Entrevistado

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu ZÉLIA ARAÚJO DO NASCIMENTO, brasileira casada CPF Nº 077.091.614-72, carteira de identidade nº 147.844, emitida pelo ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, nº 28 – Conj. Amarante – São Gonçalo do Amarante – RN, declaro ceder à pesquisadora Guacira Araújo do Nascimento, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora na cidade, no dia 22 de novembro de 2002.

Guacira Araújo do Nascimento, fica conseqüentemente, autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem com permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

Natal/RN, 13 de janeiro de 2003.


Entrevistado